

LIGHT Energia S.A.



- ✓ **Relatório da Administração**
- ✓ **Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**
- ✓ **Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**
- ✓ **Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e Relatório dos Auditores Independentes**

Relatório da Administração – Light Energia S.A.

1. Mensagem da Administração

Em 2025, a Light completou uma transformação que vai muito além dos números que apresentamos nesta divulgação. Após um processo de recuperação judicial que exigiu de toda a organização resiliência, disciplina e clareza de propósito, a Companhia encerrou o exercício com fundamentos operacionais consistentemente mais sólidos, uma estrutura de dívida adequada ao modelo de negócio do setor elétrico e – o resultado que mais nos orgulha – a melhor qualidade de serviço da nossa história recente.

Na Distribuidora, a trajetória do ano foi de melhoria nos fundamentos que mais importam para a sustentabilidade do negócio. As provisões para contingências jurídicas atingiram, em 2025, o menor nível de estoque dos últimos sete anos e o menor volume de ingressos dos últimos nove anos – resultado que reflete não apenas o trabalho jurídico, mas uma mudança de postura da Companhia na relação com seus clientes e na gestão de passivos. A inadimplência recuou de forma positiva ao longo do ano, resultado de uma gestão comercial mais assertiva e da maturação de iniciativas que a Companhia vem construindo de forma estrutural. A margem bruta operacional manteve-se estável no ano, demonstrando resiliência em um ambiente de retração de mercado pressionado pela queda de temperatura, pelo avanço da geração distribuída e pela desaceleração industrial na área de concessão.

O crescimento das despesas operacionais ao longo do ano foi real e merece ser endereçado com transparência. A recomposição das equipes de campo – que respondeu pela maior parte do incremento absoluto de pessoal – foi uma decisão consciente e necessária para elevar o padrão de serviço que a Companhia se comprometeu a entregar aos seus clientes. Os ganhos operacionais já observados são a contrapartida direta dessa decisão – entendemos que o nível atual de colaboradores representa a estrutura adequada e recorrente da Companhia.

Esses ganhos se expressaram com clareza nos indicadores de qualidade. Em 2025, a Light registrou o melhor Tempo Médio de Atendimento Emergencial de sua série histórica – uma redução de 60% em quatro anos. O percentual de intercorrências superiores a 24 horas recuou aproximadamente oito pontos em relação ao ano anterior. O DEC e o FEC encerraram o exercício dentro dos limites regulatórios estabelecidos pela ANEEL. Esses resultados não emergem de circunstâncias favoráveis, eles emergem de um plano de ação estruturado que acelerou expressivamente no ano e de uma organização que internalizou a excelência operacional como condição inegociável de funcionamento.

Na Geração e Comercialização, 2025 foi um ano marcado pela assimetria hidrológica entre seus dois semestres. As condições favoráveis do início do ano cederam lugar a uma

deterioração progressiva das afliências a partir de julho, que concentrou o impacto sobre a margem do segmento no segundo semestre. O ano, porém, foi encerrado com posição contratual sólida para 2026 e com parcela de energia não contratada, posicionando a Companhia para capturar o potencial de valorização dos preços de curto prazo, nos conferindo flexibilidade e perspectiva de recuperação de margem no exercício corrente.

No campo financeiro, 2025 foi o ano em que a nova estrutura de capital da Light começou a produzir seus efeitos. A dívida encerrou o exercício com perfil majoritariamente de longo prazo, custo médio coerente com a natureza regulada das receitas da Distribuidora e prazo médio confortável. O próximo passo relevante para a redução da alavancagem é a conclusão do aumento de capital privado previsto no Plano de Recuperação Judicial, vinculado à assinatura do novo contrato de concessão da SESA – evento que marca, para a Light, a retomada plena da capacidade de planejar o futuro com segurança e ambição.

Olhamos para 2026 com clareza sobre os eventos que definirão o ritmo da nossa trajetória. A assinatura do novo contrato de concessão é o catalisador central. Ela consolida as bases para um novo ciclo de investimentos da Distribuidora, viabiliza o aumento de capital e sinaliza ao mercado a estabilidade que a Companhia construiu ao longo dos últimos anos.

2025 foi, acima de tudo, um ano de reconstrução de credibilidade – com clientes, com reguladores, com credores e com o mercado de capitais. Entregamos avanços reais em qualidade de serviço, nos níveis de inadimplência, em controle de contingências e em execução de investimentos.

O exercício de 2025 marca os 120 anos da Light. Uma empresa centenária que atravessou esta que foi, provavelmente, a fase mais exigente de sua história recente – e que emerge dela com fundamentos mais sólidos, uma equipe mais preparada e um propósito renovado de servir com excelência os mais de quatro milhões de clientes que dependem da nossa energia todos os dias.

Alexandre Nogueira

CEO da Light S.A.

2. Perfil Corporativo

A Light Energia S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto, controlada integral da Light S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro. Suas atividades principais compreendem o planejamento, construção, operação e exploração de sistemas de geração e transmissão de energia elétrica. A Companhia detém um parque gerador de 855 MW de capacidade instalada, integralmente de fonte hidráulica renovável, distribuído em cinco usinas hidrelétricas e duas usinas elevatórias, além de instalações de transmissão de interesse restrito.

2.1 Estrutura Societária e Parque Gerador

Empreendimento	Tipo	Capacidade	Localidade
Nilo Peçanha	UHE	380 MW	Complexo de Lajes, Piraí – RJ
Ilha dos Pombos	UHE	187 MW	Carmo – RJ
Fontes Novas	UHE	132 MW	Complexo de Lajes, Piraí – RJ
Pereira Passos	UHE	100 MW	Complexo de Lajes, Piraí – RJ
Vigário	Elevatória	88 MW	Piraí – RJ
Santa Branca	UHE	56 MW	Santa Branca – SP
Santa Cecília	Elevatória	33 MW	Barra do Piraí – RJ
Lajes Energia (PCH)	PCH	17 MW	Complexo de Lajes, Piraí – RJ

A controlada integral Lajes Energia S.A. opera a PCH Lajes (17 MW), localizada no Complexo Hidrelétrico de Lajes.

3. Recuperação Judicial

A controladora Light S.A. – Em Recuperação Judicial apresentou pedido de recuperação judicial em 12 de maio de 2023, deferido pelo juízo da 3ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro em 15 de maio de 2023. A proposta de Plano de Recuperação Judicial foi aprovada em 29 de maio de 2024 pela ampla maioria dos credores (99,41% dos credores e 99,12% dos créditos) e homologada em 18 de junho de 2024.

3.1 Leilão Reverso

No âmbito do PRJ, a Light Energia lançou, em 20 de março de 2025, o edital do Leilão Reverso para recompra no exterior de suas 4,375% Notes com vencimento em 2026, até o valor máximo agregado de US\$ 89.856 mil. O leilão teve início em 7 de abril e foi finalizado em 14 de maio de 2025. A operação resultou no recebimento de ofertas de venda equivalentes a US\$ 50.981 mil de principal (24,19% das Notes em circulação), ao

preço de US\$ 950,00 para cada US\$ 1.000,00 de valor de face. O pagamento, realizado em 23 de maio de 2025, totalizou R\$ 273,6 milhões, líquido de deágio de R\$ 14,4 milhões.

3.2 Próximas Etapas

As próximas medidas previstas no PRJ, condicionadas à assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Distribuição da Light SESA, são: (i) aumento de capital privado de até R\$ 1,5 bilhão (mínimo de R\$ 1,0 bilhão); e (ii) conversão mandatória dos valores mobiliários conversíveis em ações da Light S.A. A conclusão dessas medidas deverá viabilizar o encerramento do processo de recuperação judicial.

4. Concessões de Geração

A Light Energia possui concessões vigentes entre março e julho de 2028 e requereu em junho de 2023 a prorrogação por 20 anos, com fundamento no art. 4º, §2º da Lei nº 9.074/1995. Em julho de 2024, foi assinado o Primeiro Termo Aditivo ao contrato 005/2017, que estabeleceu os novos prazos de concessão para 2028. A controlada Lajes Energia S.A. requereu a prorrogação da PCH Lajes por 30 anos, nos termos da Lei nº 12.783/2013. Ambos os processos estão sob controle exclusivo do Poder Concedente.

5. Governança Corporativa

O modelo de governança corporativa da Light Energia está integrado à estrutura do Grupo Light, que segue os requisitos e premissas do segmento do Novo Mercado da B3, do qual a Light S.A. faz parte desde 2005. As ações da controladora são negociadas no mercado brasileiro sob a sigla LIGT3 e no mercado de balcão americano (OTC), por meio de ADR Nível 1, sob o ticker LGSXY.

5.1 Ética e Compliance

O Código de Ética e Conduta Empresarial orienta as relações da Companhia com seus públicos de interesse, abrangendo anticorrupção, conflitos de interesse, respeito à diversidade e proteção ao meio ambiente. Em 2025, a Light ampliou as formações presenciais sobre ética nas bases operacionais e manteve programas digitais de capacitação na Academia Light. A Companhia integra o Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção e o Pacto Global da ONU.

5.2 Gestão de Riscos

A Companhia estrutura sua gestão de riscos por meio do modelo de três linhas, com as áreas de negócio atuando como responsáveis diretas, a área de Riscos, Controles Internos e Compliance coordenando diretrizes e metodologias, e a Auditoria Interna

monitorando a efetividade do sistema. A metodologia segue as recomendações do COSO e COBIT. Em 2025, a principal inovação foi a introdução do fator de sustentabilidade e clima de forma transversal em todos os riscos estratégicos, em consonância com os requisitos das normas IFRS S1 e IFRS S2. Entre os principais riscos monitorados pela Companhia estão o desabastecimento de água no Complexo de Lajes e a segurança de barragens.

6. Desempenho Financeiro

Os valores a seguir referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Light Energia S.A., que incluem a controlada integral Lajes Energia S.A. Os dados de 2024 foram reapresentados conforme as demonstrações financeiras padronizadas (DFP).

6.1 Demonstração de Resultado Consolidado

R\$ milhares	2025	2024	Δ%
Receita Líquida	672.559	860.589	-21,9%
Custos com energia elétrica	(194.948)	(133.597)	+45,9%
Custos de operação	(185.241)	(169.364)	+9,4%
Lucro Bruto	292.370	557.628	-47,6%
Despesas gerais e administrativas	(15.893)	(15.267)	+4,1%
Outras receitas (despesas), líq.	(58.776)	(56.255)	+4,5%
Lucro antes do Resultado Financeiro	217.701	486.106	-55,2%
Resultado Financeiro	14.067	(265.135)	n.a.
Lucro Líquido	168.525	133.411	+26,3%

6.2 Receita Líquida

A receita líquida consolidada totalizou R\$ 672.559 mil em 2025 (-21,9% A/A), com volume de energia vendida praticamente estável (4.026 GWh ante 4.050 GWh) e redução do preço médio praticado nos contratos vigentes.

6.3 Custos e Margem Bruta

O custo total consolidado atingiu R\$ 380.189 mil (+25,5% A/A), pressionado pelo crescimento de 45,9% nos custos com energia elétrica, resultado direto da deterioração do GSF no segundo semestre. O lucro bruto recuou 47,6%, para R\$ 292.370 mil, com margem comprimida de 64,8% para 43,5%.

6.4 EBITDA

R\$ milhares	2025	2024	Δ%
Lucro antes do Resultado Financeiro	217.701	486.106	-55,2%
(+) Depreciação e Amortização	130.310	126.061	+3,4%
EBITDA CVM	348.011	612.167	-43,1%
Margem EBITDA	51,7%	71,1%	-19,4 p.p.

O EBITDA CVM consolidado totalizou R\$ 348.011 mil (-43,1% A/A), refletindo a compressão do lucro bruto. A margem EBITDA recuou de 71,1% para 51,7%.

6.5 Resultado Financeiro

R\$ milhares	2025	2024
Rendimento sobre caixa e TVM	124.697	106.792
Ganho PRJ – Leilão Reverso	14.399	–
Ganho PRJ – Não Apoiadores (Haircut)	–	32.872
Outras receitas financeiras	(1.188)	4.757
Total Receitas Financeiras	137.908	144.421
Encargos de empréstimos e debêntures	(113.016)	(127.952)
Variação cambial e monetária da dívida	108.208	(295.541)
Variação cambial sobre aplicação em ME	(58.595)	53.512
Operações de swap	(48.414)	(18.292)
Outras despesas financeiras	(11.824)	(21.283)
Total Despesas Financeiras	(123.841)	(409.556)
Resultado Financeiro	14.067	(265.135)

O resultado financeiro reverteu para R\$ 14.067 mil positivos em 2025 (ante R\$ 265.135 mil negativos em 2024), beneficiado pela apreciação do real sobre a dívida denominada em dólares e pela redução dos encargos de empréstimos.

6.6 Lucro Líquido

O lucro líquido consolidado atingiu R\$ 168.525 mil (+26,3% A/A), com a reversão do resultado financeiro mais que compensando a redução do lucro operacional.

7. Endividamento e Estrutura de Capital

R\$ milhares	31.12.2025	31.12.2024	Δ%
Empréstimos e financiamentos	1.113.487	1.559.346	-28,6%
Debêntures	473.122	602.534	-21,5%
Dívida Bruta	1.586.609	2.161.880	-26,6%
Caixa e equivalentes + TVM	(972.631)	(1.384.162)	-29,7%
Dívida Líquida	613.978	777.718	-21,1%
Patrimônio Líquido	1.153.378	995.599	+15,9%

A dívida bruta encerrou 2025 em R\$ 1.586.609 mil (-26,6% A/A), refletindo principalmente o Leilão Reverso (amortização de R\$ 273.589 mil das Notes), a apreciação cambial sobre os Bonds e a amortização das debêntures.

A posição de caixa (caixa + TVM) encerrou em R\$ 972.631 mil, resultando em dívida líquida de R\$ 613.978 mil (-21,1% A/A).

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia atendeu a todos os covenants financeiros requeridos contratualmente.

8. Investimentos

R\$ milhares (Consolidado)	2025	2024	Δ%
Adições ao imobilizado	108.873	87.240	+24,8%
Adições ao intangível	2.736	2.173	+25,9%
Total	111.609	89.413	+24,8%

Os investimentos consolidados totalizaram R\$ 111.609 mil (+24,8% A/A), concentrados na manutenção e modernização do parque gerador. O imobilizado em curso encerrou em R\$ 469.160 mil (ante R\$ 372.510 mil em 2024).

9. Compromisso com o Futuro

A Light Energia integra a sustentabilidade à estratégia corporativa por meio do Comitê ESG+, vinculado ao Conselho de Administração. A Companhia mantém adesão ao Pacto Global da ONU desde 2007.

9.1 Gestão de Pessoas

A Light Energia encerrou o exercício com 223 colaboradores próprios (209 em 2024), distribuídos entre as áreas de operação, manutenção, engenharia e administração. A avaliação de desempenho formal, interrompida havia oito anos no Grupo Light, foi

restabelecida em ciclo completo, gerando Planos de Desenvolvimento Individual registrados em sistema. A Academia Light manteve sua posição como referência setorial na capacitação técnica.

9.2 Diversidade, Equidade e Inclusão

O Programa Empodera, de Diversidade, Equidade e Inclusão, completa quatro anos em 2025, atuando em cinco frentes: gênero, raça, pessoas com deficiência, identidade e orientação sexual e diversidade etária. A Escola Light expandiu seu escopo ao estruturar turmas exclusivas para mulheres e pessoas com deficiência.

9.3 Segurança no Trabalho

A proteção à vida é um princípio não negociável na Light. A gestão de Saúde e Segurança do Trabalho abrange o quadro próprio e as empresas contratadas, estruturada sobre conformidade com a legislação nacional, padrões internacionais e referências do setor de energia, em modelo de melhoria contínua. Os indicadores de segurança situam-se consistentemente abaixo da média das distribuidoras associadas à ABRADÉE.

9.4 Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Em 2025, a Light Energia investiu R\$ 4,6 milhões no Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, representando 0,7% da Receita Líquida. Os recursos foram direcionados ao desenvolvimento de soluções tecnológicas que endereçam desafios operacionais da geração. O portfólio de projetos abrange o manejo sustentável de espécies invasoras em reservatórios, monitoramento da fauna silvestre e fortalecimento da resiliência do sistema frente a eventos climáticos extremos.

10. Responsabilidade com o Meio Ambiente

A Light Energia tem como diretriz o uso racional dos recursos naturais e a transição energética para uma matriz de baixo carbono. O Sistema de Gestão Ambiental (SGA), baseado na ISO 14001, orienta as atividades desde 2001. As usinas e estruturas do parque gerador mantêm o Sistema de Gestão Integrado (SGI), reunindo as certificações ISO 14001, ISO 9001 e ISO 45001. Em 2025, a Light Energia manteve a Certificação de Energia Renovável (I-REC), que atesta a origem limpa da energia gerada e habilita a comercialização de certificados.

Em 2025, a Light celebrou 33 anos de seu programa de recuperação de áreas degradadas em regiões de Mata Atlântica, um dos mais longevos do setor elétrico brasileiro, com mais de 3,7 milhões de mudas de espécies nativas plantadas ao longo de sua trajetória. No período, foram recuperados 53 hectares nos reservatórios de Lajes, Santa Branca e Ilha

dos Pombos. A Companhia mantém dois viveiros de mudas nos municípios de Pirai e Carmo, com capacidade de cerca de 60 mil mudas por ano.

O Complexo de Lajes desempenha função estratégica no abastecimento hídrico da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sendo responsável por 96% da água distribuída por meio do sistema Guandu. A Companhia opera 16 barragens no Complexo, cuja segurança é gerida por estrutura dedicada, com inspeções semestrais e planos de emergência periodicamente atualizados.

O inventário de emissões de gases de efeito estufa é realizado anualmente, abrangendo os Escopos 1, 2 e 3. As iniciativas de descarbonização concentram-se na eficiência energética, na modernização da infraestrutura e na digitalização da operação.

11. Conformidade com a Lei nº 15.177/2025

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 15.177/2025, a Light Energia apresenta as informações relativas à participação e à remuneração de mulheres em seu quadro de colaboradores próprios.

Quantidade e proporção de mulheres empregadas

Nível Hierárquico	Fem. 2025	% Fem.	Total 2025	Fem. 2024	% Fem.	Total 2024
Light Energia	21	9%	223	14	7%	209
Diretor	–	0%	1	–	0%	1
Superintendente	–	0%	3	–	0%	1
Gerencial	–	0%	13	–	0%	5
Profissional	15	28%	54	8	15%	54
Administrativo	2	33%	6	2	40%	5
Operacional	–	0%	38	–	0%	41
Técnico	2	2%	104	2	2%	98
Aprendiz	2	67%	3	2	100%	2
Estagiário	–	0%	1	–	0%	2

Razão remuneratória feminina/masculina

Nível Hierárquico	2025	2024
Profissional	83%	72%
Administrativo	133%	113%
Técnico	72%	68%
Aprendiz	100%	100%

12. Auditores Independentes

A Companhia mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., firmado em abril de 2022, com vigência de 60 meses. Em 2025, a remuneração pelos serviços de auditoria prestados à Light Energia totalizou R\$ 1.013 mil, e à Lajes Energia, R\$ 34 mil. Os serviços compreendem a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas (incluindo revisões trimestrais) e outros serviços relacionados. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor.

BALANÇO SOCIAL

LIGHT ENERGIA

1 - Base de Cálculo	2025			2024		
	Valor (mil reais)			Valor (mil reais)		
Receita líquida (RL)	672.559			860.589		
Resultado operacional (RO)	217.701			486.106		
Folha de pagamento bruta (FPB)	30.193			27.408		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	1.797	6%	0%	1.651	6%	0%
Encargos sociais compulsórios	4.295	14%	1%	4.034	15%	0%
Previdência privada	407	1%	0%	234	1%	0%
Saúde	1.931	6%	0%	1.640	6%	0%
Segurança e saúde no trabalho	57	0%	0%	5	0%	0%
Educação	37	0%	0%	14	0%	0%
Creches ou auxílio-creche	35	0%	0%	9	0%	0%
Participação nos lucros ou resultados	5.127	17%	1%	4.563	17%	1%
Outros	60	0%	0%	40	0%	0%
Total - Indicadores sociais internos	13.747	46%	2%	12.190	44%	1%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL
Outros	4.437	2%	1%	1.208	0%	0%
Total das contribuições para a sociedade	5.333	2%	1%	1.982	0%	0%
Tributos (excluídos encargos sociais)	143.140	66%	21%	175.580	36%	20%
Total - Indicadores sociais externos	148.473	68%	22%	177.562	37%	21%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil R\$)			Valor (mil R\$)		
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	18.844	9%	3%	33.455	7%	4%
Total dos investimentos em meio ambiente	18.844	9%	3%	33.455	7%	4%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%			() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período	217			206		
Nº de admissões durante o período	21			29		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	313			321		
Nº de estagiários(as)	1			2		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	56			46		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	19			14		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	0%			0%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	84			80		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	13%			0%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	4			3		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2025			Metas 2026		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	29,15			ND		
Número total de acidentes de trabalho	1			1		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(a)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(a)	(X) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(a)	(X) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(a)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(a)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(X) organiza e incentiva	() não se envolve	() apóia	(X) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2025: 561.919			Em 2024: 845.177		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	37,25% governo 6,87% colaboradores(as) 12,34% acionistas 25,90% terceiros 17,65% lucro retido			29,59% governo 3,70% colaboradores(as) 4,36% acionistas 50,92% terceiros 11,42% lucro retido		
7 - Outras Informações	Não há.					

Light Energia S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Light Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Light Energia S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Light Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Recuperação judicial

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve o fato de que a Light S.A. - Em Recuperação Judicial está em processo de recuperação judicial, com extensão da proteção às suas controladas Light Serviços de Eletricidade S.A. e Light Energia S.A. As principais ações previstas no Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”) foram concluídas e implementadas, incluindo a reestruturação substancial das dívidas e a formalização dos valores mobiliários incluídos no PRJ, havendo ainda ações adicionais a serem executadas no âmbito do PRJ, conforme descrito na nota explicativa mencionada. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita na venda de energia elétrica

Por que é um PAA

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.16.1 e nº 25 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita da Companhia deriva, principalmente, do suprimento de energia elétrica. A contabilização da receita envolve processos efetuados pela Companhia que suportam o seu reconhecimento e que devem endereçar, entre outros, os seguintes riscos: (a) que a receita seja contabilizada após o atendimento dos critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento no curso normal dos negócios da Companhia; e (b) que os valores da receita sejam apurados de acordo com os termos e as condições estabelecidos em contrato. A receita na venda de energia elétrica foi considerada como um principal assunto de auditoria devido aos assuntos anteriormente mencionados e à relevância dos valores envolvidos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receita considerando a natureza das receitas da Companhia, aspectos contratuais, entre outros; (b) entendimento e avaliação do desenho, da implementação e da efetividade operacional dos controles internos relevantes relacionados ao reconhecimento de receita na venda de energia; (c) recálculo utilizando informações contratuais do volume de energia entregue e do preço definido em contrato, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas; e (d) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o reconhecimento de receita na venda de energia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na norma brasileira NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para as eliminar ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2026



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Marcelo Salvador
Contador
CRC nº MG 089422/O-0

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E
CONSOLIDADAS,**

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

BALANÇO PATRIMONIAL	1
BALANÇO PATRIMONIAL	2
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	4
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA E CONSOLIDADO	5
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	7
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	8
1. CONTEXTO OPERACIONAL	9
2. BASE DE PREPARAÇÃO	13
3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	15
4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	25
5. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO	27
6. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	27
7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	27
8. CLIENTES	28
9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	28
10. TRIBUTOS DIFERIDOS	29
11. OUTROS CRÉDITOS	30
12. INVESTIMENTOS	31
13. IMOBILIZADO	31
14. INTANGÍVEL	33
15. FORNECEDORES	34
16. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR	34
17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	35
18. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	39
19. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	40
20. ATIVO DE DIREITO DE USO E OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO	46
21. ENCARGOS REGULATÓRIOS	47
22. OUTROS DÉBITOS	47
23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	48
24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E RECURSOS DESTINADOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	50
25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	52
26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	52
27. RESULTADO FINANCEIRO	53
28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS	53
29. SEGUROS	59
30. COMPROMISSOS CONTRATUAIS	59
31. MEIO AMBIENTE	60
32. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA	61

LIGHT ENERGIA S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e equivalente de caixa	6	4.803	80.575	4.859	80.659
Títulos e valores mobiliários	7	941.006	1.302.323	967.772	1.303.503
Clientes	8	133.376	95.958	139.356	99.165
Estoques		9.077	7.864	9.077	7.864
Tributos e contribuições a recuperar	9	6.310	43.213	6.314	43.217
Despesas pagas antecipadamente		445	405	445	405
Dividendos a receber		7.507	5.147	-	-
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>		2.748	-	2.748	-
Outros créditos	11	8.574	7.229	8.538	7.187
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		1.113.846	1.542.714	1.139.109	1.542.000
Depósitos judiciais		3.735	2.880	3.735	2.880
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>		19.667	20.933	19.667	20.933
Outros créditos	11	49	114	49	114
Investimentos	12	91.417	68.894	-	-
Imobilizado	13	1.713.576	1.670.993	1.781.511	1.740.799
Intangível	14	148.904	205.851	148.904	205.851
Ativo de direito de uso	20	19.531	21.914	19.531	21.914
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.996.879	1.991.579	1.973.397	1.992.491
TOTAL DO ATIVO		3.110.725	3.534.293	3.112.506	3.534.491

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT ENERGIA S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Em milhares de reais)

PASSIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Fornecedores	15	49.825	53.528	50.914	53.560
Tributos e contribuições a pagar	16	32.004	14.223	32.642	14.385
Empréstimos e financiamentos	17.1	961.657	525.587	961.657	525.587
Debêntures	17.2	163.942	152.423	163.942	152.423
Dividendos a pagar	24	-	35.208	-	35.208
Obrigações trabalhistas		13.180	10.791	13.180	10.791
Benefício pós-emprego	19	1.762	1.313	1.762	1.313
Obrigações por arrendamento	20	3.527	2.522	3.527	2.522
Encargos regulatórios	21	6.249	9.203	6.255	9.209
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	28	16.043	-	16.043	-
Outros débitos	22	35.857	24.998	35.905	24.995
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		1.284.046	829.796	1.285.827	829.993
Empréstimos e financiamentos	17.1	151.830	1.033.759	151.830	1.033.759
Debêntures	17.2	309.180	450.111	309.180	450.111
Tributos diferidos	10	179.917	186.719	179.917	186.719
Provisões para contingências	18	4.101	9.300	4.101	9.300
Benefício pós-emprego	19	10.500	7.513	10.500	7.513
Obrigações por arrendamento	20	17.610	20.124	17.610	20.124
Outros débitos	22	163	1.372	163	1.373
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		673.301	1.708.898	673.301	1.708.899
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24				
Capital social		283.420	221.650	283.420	221.650
Reservas de lucros		106.073	97.647	106.073	97.647
Reserva de retenção de lucros		544.316	439.690	544.316	439.690
Ajustes de avaliação patrimonial		227.876	241.936	227.876	241.936
Outros resultados abrangentes		(8.307)	(8.154)	(8.307)	(8.154)
Recursos destinados para futuro aumento de capital		-	2.830	-	2.830
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.153.378	995.599	1.153.378	995.599
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.110.725	3.534.293	3.112.506	3.534.491

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

Demonstração de Resultado	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	25	638.648	835.434	672.559	860.589
CUSTO TOTAL	26	(376.877)	(298.341)	(380.189)	(302.961)
Custos com energia elétrica	26.1	(194.310)	(131.431)	(194.948)	(133.597)
Custos de operação	26	(182.567)	(166.910)	(185.241)	(169.364)
LUCRO BRUTO		261.771	537.093	292.370	557.628
Despesas gerais e administrativas	26	(14.956)	(14.952)	(15.893)	(15.267)
Outras receitas (despesas), líquidas		(58.776)	(56.259)	(58.776)	(56.255)
Resultado de equivalência patrimonial	12	30.030	20.588	-	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		218.069	486.470	217.701	486.106
RESULTADO FINANCEIRO	27	11.884	(266.997)	14.067	(265.135)
Receita financeira		135.723	142.373	137.908	144.421
Despesa financeira		(123.839)	(409.370)	(123.841)	(409.556)
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL		229.953	219.473	231.768	220.971
Imposto de renda e contribuição social corrente	10	(66.160)	(22.002)	(67.975)	(23.500)
Imposto de renda e contribuição social diferido	10	4.732	(64.060)	4.732	(64.060)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		168.525	133.411	168.525	133.411
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - R\$		2,068	1,723	2,068	1,723

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

Demonstração do Resultado Abrangente	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	168.525	133.411	168.525	133.411
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado em exercícios subsequentes				
Ganho (perda) sobre passivos atuariais, líquido dos efeitos fiscais	(153)	7.169	(153)	7.169
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	168.372	140.580	168.372	140.580

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA E CONSOLIDADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Em milhares de reais)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Notas	CAPITAL SOCIAL	Reservas de lucros		RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS	DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS	LUCROS ACUMULADOS	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	RECURSOS DESTINADOS A FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	TOTAL
			RESERVA LEGAL	RESERVA ESTATUTÁRIA							
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		77.422	25.462	-	-	286.999	-	256.095	(15.323)	-	630.655
Rerratificação da destinação do lucro do exercício de 2023 conforme AGE/AGO de 04/04/2024		13.556	(7.267)	72.782	209.500	(286.999)	-	-	-	-	1.572
Rerratificação da destinação do lucro do exercício de 2022 conforme AGE/AGO de 04/04/2024		-	-	-	124.565	-	-	-	-	-	124.565
Capitalização de dividendos		130.672	-	-	-	-	-	-	-	-	130.672
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	-	-	14.092	(14.159)	-	-	(67)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	133.411	-	-	-	133.411
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal – 5%		-	6.670	-	-	-	(6.670)	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (R\$0,4763/ação)		-	-	-	-	-	(35.208)	-	-	-	(35.208)
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	-	105.625	-	(105.625)	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado em exercícios subsequente - benefícios pós-emprego		-	-	-	-	-	-	-	7.169	-	7.169
Ganho de passivo atuarial, líquido de tributos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos destinados a futuro aumento de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	2.830	2.830
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		221.650	24.865	72.782	439.690	-	-	241.936	(8.154)	2.830	995.599
Aumento de capital	24.1	2.830	-	-	-	-	-	-	-	(2.830)	-
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	24.4	-	-	-	-	-	13.868	(14.060)	-	-	(192)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	168.525	-	-	-	168.525
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal – 5%	24.2	-	8.426	-	-	-	(8.426)	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio capitalizado	24.1	58.940	-	-	-	-	(69.341)	-	-	-	(10.401)
Constituição de reserva de retenção de lucros	24.3	-	-	-	104.626	-	(104.626)	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado em exercícios subsequente - benefícios pós-emprego		-	-	-	-	-	-	-	(153)	-	(153)
Perda de passivo atuarial, líquido de tributos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		283.420	33.291	72.782	544.316	-	-	227.876	(8.307)	-	1.153.378

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

Demonstração do Fluxo de Caixa	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		126.556	268.461	150.742	260.625
Lucro antes do IRPJ e CSLL	10.2	229.953	219.473	231.768	220.971
Ajustado por:					
Despesa de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures e amortização dos custos	27	113.016	127.773	113.016	127.952
Variação cambial e monetária de empréstimos, financiamentos e debêntures	27	(108.208)	295.541	(108.208)	295.541
Rendimento de Títulos e valores mobiliários, líquidos		(103.033)	(79.020)	(105.208)	(80.720)
Variação cambial sobre aplicação em moeda estrangeira	27	58.595	(53.512)	58.595	(53.512)
Variação monetária de <i>swap</i>	27	48.414	18.292	48.414	18.292
Ganho PRJ – Leilão reverso	17.1	(14.399)	-	(14.399)	-
Ganho PRJ - Não Apoiadores (Haircut)	17.1	-	(32.872)	-	(32.872)
Juros sobre obrigações de arrendamento	20.1	2.410	710	2.410	710
Amortização e depreciação	25	127.636	123.607	130.310	126.061
Provisão, atualização financeira para contingências, baixas e atualização financeira de depósitos judiciais		(3.947)	(1.254)	(3.947)	(1.254)
Resultado de equivalência patrimonial	12	(30.030)	(20.588)	-	-
Perda na venda ou baixa de intangível e imobilizado		270	118	270	990
Ganho na alienação de investimentos		-	(49.004)	-	(49.004)
Benefício pós-emprego	19.3	1.312	1.520	1.312	1.520
Variações nos ativos e passivos		(195.433)	(282.323)	(203.591)	(314.050)
Concessionárias e permissionárias		(37.418)	(12.990)	(40.191)	(13.816)
Dividendos recebidos		5.147	28.120	-	-
Tributos, contribuições e impostos, líquidos		533	(19.935)	573	(20.304)
Estoques		(1.213)	(477)	(1.213)	(477)
Despesas pagas antecipadamente		(40)	53	(40)	53
Depósitos judiciais		(855)	(829)	(855)	(829)
Outros créditos		(1.280)	(6.433)	(1.286)	(6.391)
Fornecedores		(3.703)	(11.850)	(2.646)	(12.969)
Obrigações trabalhistas		2.389	2.569	2.389	2.569
Pagamento de ações judiciais (contingências)	18.1	(1.252)	(1.009)	(1.252)	(1.009)
Encargos regulatórios		(2.954)	4.488	(2.954)	4.489
Outros débitos		9.647	17.497	9.698	17.491
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>		(33.853)	(6.007)	(33.853)	(6.007)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		(108.072)	(24.549)	(108.072)	(24.746)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(22.509)	(250.971)	(23.889)	(252.104)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento		318.116	(125.550)	293.902	(113.906)
Aquisições de bens do ativo imobilizado		(84.903)	(64.961)	(85.706)	(64.963)
Aquisições de bens do ativo intangível		(2.736)	(2.173)	(2.736)	(2.173)
Recebimento pela venda de participações		-	49.004	-	49.004
Resgate/(aplicação) de aplicações financeiras, líquido		405.755	(107.420)	382.344	(95.774)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		(520.444)	(62.776)	(520.444)	(66.526)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(35.208)	-	(35.208)	-
Pagamento de obrigações por arrendamento	20.1	(4.972)	(1.607)	(4.972)	(1.607)
Captação, líquida dos custos de captação, de empréstimos, financiamentos e debêntures		-	(61.169)	-	(61.169)
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	17	(480.264)	-	(480.264)	(3.750)
Aumento/(Redução) de caixa e equivalente de caixa		(75.772)	80.135	(75.800)	80.193
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		80.575	440	80.659	466
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício		4.803	80.575	4.859	80.659

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

Demonstração do Valor Adicionado	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receitas		876.051	1.068.834	912.137	1.095.039
Venda de mercadorias, produtos e serviços		767.981	981.596	803.264	1.007.799
Receitas referentes à construção de ativos próprios		108.070	87.238	108.873	87.240
Insumos adquiridos de terceiros		(349.083)	(271.022)	(351.288)	(273.358)
Custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	26	(194.310)	(131.431)	(194.948)	(133.597)
Materiais, serviços de terceiros e outros		(154.773)	(139.591)	(156.340)	(139.761)
Valor adicionado bruto		526.968	797.812	560.849	821.681
Depreciação e amortização	26	(127.636)	(123.607)	(130.311)	(126.061)
Valor adicionado líquido produzido		399.332	674.205	430.538	695.620
Valor adicionado recebido em transferência		159.226	168.096	131.381	149.557
Resultado de equivalência patrimonial	12	30.030	20.588	-	-
Receitas financeiras		129.196	147.508	131.381	149.557
Valor adicionado total a distribuir		558.558	842.301	561.919	845.177
Distribuição do valor adicionado		558.558	842.301	561.919	845.177
Pessoal		38.425	31.118	38.596	31.262
Remuneração direta		28.193	22.453	28.364	22.597
Benefícios		7.958	6.361	7.958	6.361
FGTS		2.181	2.279	2.181	2.279
Outros		93	25	93	25
Impostos, taxas e contribuições		206.102	247.572	209.289	250.122
Federais		205.070	246.555	208.257	249.105
Municipais		1.032	1.017	1.032	1.017
Remuneração de capitais de terceiros		145.506	430.200	145.509	430.382
Juros		132.999	428.521	133.002	428.703
Aluguéis		12.507	1.679	12.507	1.679
Remuneração de capitais próprios		168.525	133.411	168.525	133.411
Dividendos e juros sobre capital próprio		69.341	35.208	69.341	35.208
Lucros retidos		99.184	98.203	99.184	98.203

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Light Energia S.A. (“Companhia” ou “Light Energia”) - Sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que tem como atividades principais: (a) estudar, planejar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão, comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos ou autorizados, por qualquer título de direito, ou as empresas das quais mantenha ou venha a manter o controle acionário; (b) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em quaisquer de suas fontes, com vista à exploração econômica e comercial; (c) prestar serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros; (d) ceder onerosamente faixas de servidão de linhas aéreas e áreas de terras exploráveis de usinas e reservatórios, desde que sejam contabilizadas em separado e que a cessão seja previamente aprovada pela autoridade que outorgue concessão, autorização ou permissão para a Companhia realizar quaisquer das atividades previstas em seu objeto social; (e) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto; e, (f) participar em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista.

Os seus principais contratos de concessões de geração de energia elétrica, são como seguem:

Empreendimentos	Descrição	Capacidade	Localidade
Light Energia			
Pereira Passos	Usina Hidrelétrica Pereira Passos	100 MW	Complexo Hidrelétrico de Lajes Pirai – RJ
Nilo Peçanha	Usina Hidrelétrica Nilo Peçanha	380 MW	Complexo Hidrelétrico de Lajes Pirai – RJ
Ilha dos Pombos	Usina Hidrelétrica Ilha dos Pombos	187 MW	Carmo – RJ
Santa Branca	Usina Hidrelétrica Santa Branca	56 MW	Santa Branca – SP
Fontes Novas	Usina Hidrelétrica Fontes Novas	132 MW	Complexo Hidrelétrico de Lajes Pirai – RJ
Santa Cecília	Usina Elevatória	33 MW	Barra do Pirai – RJ
Vigário	Usina Elevatória	88 MW	Pirai – RJ
Lajes Energia			
Lajes Energia	Pequena Central Hidrelétrica de Lajes	17 MW	Complexo Hidrelétrico de Lajes Pirai – RJ

O prazo de concessão da Companhia é de 30 anos, com vencimento previsto entre março e julho de 2028. Em 02 de junho de 2023, a Light Energia, requereu a prorrogação da outorga da concessão de geração dos empreendimentos, bem como das respectivas instalações de transmissão de interesse restrito, que são consideradas parte integrante das concessões de geração de energia elétrica, pelo período de 20 (vinte) anos, com fundamento no art. 4º, §2º, da Lei nº 9.074/1995 (com redação dada pela Lei nº 10.848/2004), nas Subcláusulas Primeira e Segunda da Cláusula Segunda do Contrato de Concessão nº 005/2017 e nas Subcláusulas Primeira e Segunda da Cláusula Décima Quarta do Contrato de Concessão nº 32/2018. A prorrogação do prazo das concessões de geração e transmissão estão sob controle e critério exclusivo do Poder Concedente. Em julho de 2024, foi assinado o Primeiro Termo Aditivo ao contrato 005/2017, ocorrido em julho de 2024, que estabeleceu os novos prazos de concessão para 2028.

1.1 Continuidade Operacional

A Light Energia apresentou no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, lucro líquido de R\$168.525 (lucro de R\$133.411 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024), geração de caixa operacional líquido de R\$150.742 (geração de caixa operacional líquido de R\$260.625 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024), capital circulante líquido consolidado negativo de R\$146.718 (capital circulante líquido consolidado positivo de R\$712.007 em 31 de dezembro de 2024). Em 31 de dezembro de 2025, o capital circulante líquido apresentou saldo negativo, impactado principalmente pela classificação, no curto prazo, do saldo principal da dívida referente aos Bonds, no montante de R\$879.125, cuja amortização está prevista para junho de 2026.

Ao longo dos últimos anos, o Grupo Light apresentou situação operacional e financeira complexa, originadas por:

- i. elevado índice de perdas não técnicas (furto de energia) e inadimplência; e
- ii. dificuldade de atuação em áreas de severa restrição operacional.

A controladora Light S.A – Em Recuperação Judicial e suas controladas possuem desafios operacionais a serem mitigados, onde a Administração do Grupo Light trabalha, dentre outros: (i) o melhor dimensionamento dos investimentos em infraestrutura que não implique em prejuízo na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e indicadores de qualidade exigidos pelo contrato de concessão da Light Serviços de Eletricidade S.A. (“Light SESA”); e (ii) atuação no âmbito regulatório para o reconhecimento adequado das perdas não técnicas regulatórias e ajustes de redução de mercado da Light SESA.

Em razão da situação financeira complexa, em 12 de maio de 2023, a controladora Light S.A. – Em Recuperação Judicial apresentou o pedido principal de Recuperação Judicial (“RJ”) perante a 3ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, autuado sob o nº 0843430-58.2023.8.19.0001, pedido este aprovado pelo Conselho de Administração e posteriormente ratificado em AGE, ocorrida em 07 de junho de 2023. O pedido de recuperação judicial da controladora Light S.A. – Em Recuperação Judicial foi deferido em 15 de maio de 2023, pelo juízo da 3ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, que também concedeu, com amparo no poder geral de cautela previsto no art. 297 do Código de Processo Civil, a proteção das controladas Light SESA e da Companhia.

Foram interpostos recursos (agravos de instrumento) contra a decisão que deferiu o processamento do pedido de recuperação judicial da controladora Light S.A. – Em Recuperação Judicial e a tutela cautelar em favor das concessionárias. Os recursos em referência tiveram seus pedidos de efeito suspensivo negados pelo competente Desembargador Relator, bem como não foram conhecidos, ante a ausência superveniente do interesse recursal, nos termos do artigo 932, inciso III, do Código de Processo Civil, tendo os respectivos acórdãos transitados em julgado, com a única exceção do agravo de instrumento interposto por um credor que insistiu no julgamento. Em 06 de agosto de 2025, foi prolatado acórdão que não conheceu o recurso, por perda superveniente do interesse recursal. Contra esse acórdão o credor apresentou Embargos de Declaração que foram desprovidos, mantendo-se o acórdão que

reconheceu a perda superveniente do objeto recursal. Diante disso, o Credor interpôs recurso especial. O entendimento da Administração é que houve a perda de objeto desse agravo de instrumento com a homologação judicial do PRJ e que o Recurso Especial não impacta na implementação e execução de ações no âmbito do PRJ da controladora Light S.A – Em Recuperação Judicial.

Em 12 de maio de 2024, a controladora Light S.A. – Em Recuperação Judicial apresentou Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”), o qual foi aprovado em Assembleia Geral de Credores, em 29 de maio de 2024, tendo sido homologado, em 18 de junho de 2024, pelo juízo da recuperação judicial. O PRJ possuía condições suspensivas, as quais, no entendimento da Administração, foram atendidas em 12 de novembro de 2024. Foi interposto agravo contra a decisão que homologou o PRJ. Em relação a esse agravo, foi prolatado acórdão que negou provimento ao recurso, reconhecendo expressamente que (i) não existem ilegalidades no PRJ, e (ii) que não há impedimento para que o recorrente receba os seus créditos via emissão de debêntures. Os embargos de declaração opostos contra o acórdão foram rejeitados e em 23 de setembro de 2025, o credor interpôs Recurso Especial. Tal Recurso Especial não foi admitido, conforme decisão proferida pela Terceira Vice-Presidência do TJRJ, culminando na interposição de agravo em recurso especial pelo Credor. Os autos deste agravo em recurso especial já foram remetidos ao Superior Tribunal de Justiça e aguarda-se o julgamento do recurso.

A Administração, em 20 de dezembro de 2024, concluiu as principais ações no âmbito do PRJ da controladora Light S.A. – Em Recuperação Judicial, incluindo a implementação substancial da reestruturação das dívidas, quando procedeu à emissão ou aditamento e formalização de determinados valores mobiliários. Em decorrência da implementação da reestruturação das dívidas, os impactos da mensuração foram reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024, principalmente: (i) reversão do capital circulante líquido consolidado de negativo para positivo; (ii) alongamento dos prazos para pagamentos das dívidas; e (iii) registro de ganhos no resultado financeiro, em função da redução das dívidas.

A Light Energia, lançou o edital do Leilão Reverso, em 20 de março de 2025, da oferta de recompra no exterior (“Oferta de Recompra”) de suas 4,375% Notes com vencimento em 2026 (“Notas”) até o valor máximo agregado de US\$89.856, na forma do PRJ. O leilão teve seu início no dia 7 de abril de 2025, com finalização em 14 de maio de 2025. A Oferta de Recompra resultou no recebimento de ofertas de venda de Notas equivalentes ao montante de principal de US\$50.981, que representam 24,19% das Notas em circulação. O preço de aquisição das Notas foi de US\$950,00 para cada US\$1.000,00 das Notas validamente ofertadas e a Light Energia realizou o pagamento da Oferta de Recompra no montante de R\$273.589 (equivalentes a USD 48.432), em 23 de maio de 2025, líquido do deságio de R\$14.399.

A Administração do Grupo Light entende que as ações pendentes de serem executadas não são condições suspensivas previstas no PRJ e não inviabilizam a reestruturação das dívidas e, por isso, não indicam incerteza relevante sobre a continuidade operacional do Grupo.

Nesse sentido, além da entrega dos novos instrumentos de dívida com os Credores Apoiadores Financeiros da Light SESA, as próximas medidas previstas no PRJ da controladora Light S.A – Em Recuperação Judicial, que ocorrerão caso a Light SESA e o Poder Concedente assinem o Termo Aditivo

ao Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica com vistas à prorrogação das concessões, nos termos do Decreto nº 12.068/2024 e da Lei nº 9.074/1995, serão: (i) aumento de capital privado a ser convocado pela controladora Light S.A – Em Recuperação Judicial e garantido pelo acionista âncora e (ii) a conversão mandatária dos valores mobiliários conversíveis em ações. A conclusão dessas medidas viabilizará o encerramento do processo de recuperação judicial da controladora Light S.A – Em Recuperação Judicial, na forma de decisão homologatória. Caso a renovação da concessão da Light SESA não ocorra, os próprios instrumentos firmados e o PRJ da controladora Light S.A – Em Recuperação Judicial possuem previsão de como as liquidações financeiras dos empréstimos ocorrerá, considerando as garantias previstas nos instrumentos, as quais encontram-se divulgadas na nota explicativa nº 17.

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional. A Companhia, à luz dos conceitos e requerimentos do CPC 26/IAS 1, realizou a avaliação de sua continuidade operacional e concluiu que não existem eventos e/ou condições que poderiam levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional por um futuro previsível de, ao menos, 12 meses a partir da data-base dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1.2 Prorrogação das concessões e aspectos regulatórios

Em 02 de junho de 2023, a Light Energia, que possui concessão vigente entre os períodos de março a julho de 2028, requereu a prorrogação da outorga da concessão de geração dos empreendimentos, bem como das respectivas instalações de transmissão de interesse restrito, que são consideradas parte integrante das concessões de geração de energia elétrica, pelo período de 20 anos, com fundamento no art. 4º, §2º, da Lei nº 9.074/1995 (com redação dada pela Lei nº 10.848/2004), nas Subcláusulas Primeira e Segunda da Cláusula Segunda do Contrato de Concessão nº 005/2017 e nas Subcláusulas Primeira e Segunda da Cláusula Décima Quarta do Contrato de Concessão nº 32/2018. A prorrogação do prazo das concessões de geração e transmissão estão sob controle e critério exclusivo do Poder Concedente.

Em 14 de abril de 2021, a Controlada Lajes Energia S.A., concessionária de uso de bem público para geração de energia elétrica sob o regime de Produção Independente de energia elétrica, que possui concessão vigente até maio de 2026, conforme contrato, requereu a prorrogação da outorga da Pequena Central Hidrelétrica – PCH Lajes pelo período de 30 anos em cumprimento da Subcláusula Segunda da Cláusula Segunda do Contrato de Concessão nº 08/2013, nos termos do art. 2º da Lei nº 12.783, de 2013, com reiteração do pedido em 28 de abril de 2023.

Segundo o dispositivo legal as outorgas e autorizações abrangidas pelo art. 2º, da Lei 12.783 de 2013, desde que ainda não tenham sido prorrogadas nos termos deste artigo, caso da PCH Lajes, poderão ser prorrogadas a título oneroso, sendo facultado ao titular da outorga prorrogar o respectivo prazo de vigência por 30 anos, nesta hipótese em que estará automaticamente assumindo, de forma cumulativa, as seguintes obrigações:

I - Pagamento pelo UBP informado pelo poder concedente;

II - Recolhimento da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), a partir da prorrogação da outorga, revertida integralmente ao Município de localidade do aproveitamento e limitada, para os aproveitamentos autorizados de potência maior que 5.000 kW e igual ou inferior a 30.000 kW a 50% do valor calculado conforme estabelecido no art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998.

Neste sentido, estabelecidas as obrigações legais é facultado ao agente detentor da Outorga decidir pela prorrogação e a assunção das Obrigações, tal evento já executado pela LIGHT segundo os pleitos de prorrogação encaminhados. Assim, em 18 de março de 2025, por meio do Despacho nº 708, a ANEEL deliberou pelo encaminhamento dos autos do processo ao Ministério de Minas e Energia (MME), recomendando a prorrogação onerosa, pelo prazo de 30 anos, da outorga de concessão da PCH Lajes.

Conforme o art. 2º da Lei nº 12.783, de 2013, a prorrogação é a título oneroso, constituindo, como obrigações o pagamento pelo UBP, em parcelas mensais correspondentes a um doze avos do valor anual, até o final da vigência da outorga prorrogada, bem como o recolhimento de Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos — CFURH, de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, que deverá ser integralmente revertida aos municípios beneficiários da usina, conforme disposto no §2º do art. 1º do Decreto nº 9.158, de 2017. Ambas as obrigações se iniciarão a partir da data de emissão do ato de prorrogação ou do término da vigência da outorga original que está sendo prorrogada, o que ocorrer por último.

Adicionalmente, o Despacho acima mencionado definiu o valor de Uso do Bem Público (UBP) aplicável à Usina, fixado em R\$899, com data-base janeiro de 2025. De acordo com os critérios estabelecidos na Resolução Normativa nº 1.027, de 2022, o valor anual do pagamento pelo UBP a ser pago pela União deverá ser atualizado pela Aneel para data base de início de pagamento e, posteriormente, pelo IPCA a cada doze meses.

Até a data da aprovação destas demonstrações financeiras, a prorrogação dos prazos das concessões está sob controle e critério exclusivo do Ministério de Minas e Energia (Poder Concedente).

1.3 Entidades do Grupo

A Companhia possui participação societária na seguinte controlada cujo objetivo principal é a geração de energia elétrica:

Sociedade	Capital	Atividade	Localidade
CONTROLADA			
Lajes Energia S.A.	S.A. Capital fechado	Análise da viabilidade técnica e econômica, a elaboração do projeto, a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da PCH Lajes, com potência nominal de 17 MW ^(a) . Em 08 de julho de 2014, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 4.734/14 que transferiu a concessão da PCH Lajes da Light Energia para a Lajes Energia S.A.	Rio de Janeiro

(a) Não auditado pelos auditores independentes.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as *IFRS Accounting Standards* emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

Em 20 de março de 2026, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 28) mensurados pelo valor justo e pelo seu valor justo menos despesas com vendas, de acordo com as normas aplicáveis.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

As presentes demonstrações financeiras, elaboradas conforme a declaração constante do item 2.1 anterior, cujas normas de preparação aplicáveis requerem que a Administração realize julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem divergir dessas estimativas. As revisões de estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estão sendo ajustadas e nos exercícios prospectivos.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se aos registros dos efeitos decorrentes de:

Notas	Estimativas e julgamentos significativos
1.1	Continuidade operacional
1.2	Prorrogação das concessões e aspectos regulatórios
13	Imobilizado
14	Intangível
10	Recuperação do IRPJ e CSSL diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias
17.1	Empréstimos e Financiamentos
17.2	Debêntures
18	Provisões para contingências
19	Benefícios pós-emprego
28	Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

3.1 Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata e um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica com equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.2 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando ela for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo acrescidos dos custos incorridos para sua obtenção. Um ativo financeiro deve após o seu reconhecimento inicial ser mensurado pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou valor justo por meio do resultado.

Valor justo por meio do resultado

Nesta categoria encontram-se os certificados de depósito bancário (CDB), as cotas de fundos de investimento e os instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos financeiros derivativos (operações de swap) são instrumentos mantidos para regular as exposições de riscos de variação de moeda estrangeira, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Custo amortizado

Os ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo e estão sujeitos a *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas dos passivos financeiros são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Encontram-se nesta categoria o numerário disponível, os valores a receber com clientes, serviços prestados a receber, depósitos vinculados a litígios, valores a receber de partes relacionadas, outros créditos, fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures, obrigações por arrendamento mercantil e outros débitos.

Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e
- A Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os 16 termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

3.3 Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. A Companhia não adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa seus derivativos como:

Hedge do valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido.

Para *hedges* de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do *hedge*, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de *hedge* for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado.

3.4 Clientes

Incluem o suprimento da energia elétrica, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no recebimento e energia comercializada a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

3.5 Estoques

Os estoques estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem aos seus custos de aquisição ou seus valores de realização. Quando aplicável, o saldo será deduzido de provisões para perdas.

3.6 Investimentos

A Companhia detém investimentos em empresa controlada. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Esse investimento é avaliado com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e é, inicialmente, reconhecido pelo custo de aquisição, sendo este mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

Anualmente, a Companhia avalia se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo que esta perda é o resultado da diferença entre o valor recuperável do investimento e o seu valor contábil.

3.7 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição de um ativo. Os custos de ativos construídos pela Companhia incluem:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre os ativos qualificáveis.

Quando parte de um item do imobilizado tem diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente conforme estabelece a Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015 (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016). As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 11.

Eventuais ajustes nos métodos de depreciação, nas vidas úteis ou nos valores residuais são reconhecidos e ajustados de forma prospectiva.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos originários da alienação e o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos em outras receitas e ou despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

3.8 Ativo intangível

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os softwares adquiridos de terceiros e os ativos referentes aos contratos de concessão. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização do ativo intangível é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

3.9 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas no exercício, em face de que o valor recuperável excede ao seu valor contábil na data da avaliação.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas e aprovadas pela Administração.

3.10 Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento e aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração, exceto para arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor individual.

3.10.1 Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento mensurados pelo valor presente. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

3.10.2 Passivos de arrendamento

Os passivos de arrendamentos são inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo dos contratos. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas.

3.10.3 Estimativa da taxa incremental de arrendamentos

Os arrendamentos vigentes não possuem sua taxa de juros implícita prontamente identificável, motivo pelo qual a Companhia considera a taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos de arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao tomar empréstimos, por prazo semelhante, para obter os recursos necessários para a aquisição de ativos com valores similares ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia calcula a taxa incremental usando dados observáveis, quando disponíveis.

3.11 Benefícios pós-emprego

3.11.1 Plano de previdência

A Companhia possui planos previdenciários para complementação de aposentadoria e de previdência de contribuição definida e de benefício definido. Os planos são financiados por meio de contribuições de participantes e patrocinadora, conforme determinado por cálculos atuariais periódicos.

As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesa com pessoal quando incorridas.

A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de previdência de benefício definido é calculada individualmente, para cada plano, através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferirão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de previdência de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a Fundação de Seguridade Social Braslight para

amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada por meio de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano.

Anualmente é realizado um cálculo para avaliação atuarial dos planos existentes por atuário independente. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais (remensurações do valor líquido de passivo ou ativo de benefício definido) são reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes e não são transferidos para lucros ou prejuízos acumulados.

3.11.2 Plano de saúde

A Companhia e sua controlada patrocinam, plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo.

Os ganhos e perdas atuariais que refletem mudanças no valor presente da obrigação resultantes de ajustes de diferenças atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes diretamente no patrimônio líquido;

3.12 Imposto de renda e contribuição social

Correspondem ao imposto de renda e à contribuição social do exercício sobre o lucro líquido do exercício, sendo mensurados ao valor esperado a ser pago às autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, sendo apurados pelo regime de tributação do lucro real. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte: (i) no passivo, quando houver montantes a pagar; ou ii) no ativo, quando o montante antecipadamente pago excede o total devido na data do relatório. São calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) de cada entidade tributável e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente.

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado na Companhia.

3.12.1 Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando o montante antecipadamente pago excede o total devido na data do relatório. São calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) de cada entidade tributável e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente.

3.12.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos considerando as diferenças temporárias decorrentes entre as bases fiscais e contábeis dos ativos e passivos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos somente na medida em que seja provável a existência de lucro tributável futuro, para o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais e a base negativa da contribuição sobre o lucro compensados.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado anualmente e desreconhecido quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, seja no resultado, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido e são apresentados pelo resultado líquido no balanço, havendo o direito legal e a intenção de compensá-lo quando da apuração dos tributos correntes, relacionados às mesmas entidades e autoridades tributárias.

3.13 Dividendos

Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, após o exercício social a que se refere as demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados no patrimônio líquido não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação;

3.14 Juros sobre Capital Próprio

O Juros sobre Capital Próprio é imputado ao dividendo do exercício, na forma prevista no estatuto social, contabilizado no resultado, conforme requerido pela legislação fiscal, e revertido contra lucros acumulados no patrimônio líquido de maneira similar ao dividendo, resultando em um crédito tributário de imposto de renda e contribuição social reconhecido no resultado do exercício.

3.15 Provisões

3.15.1 Geral

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável.

3.15.2 Provisões para contingência

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, logo, as provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos econômicos seja requerida para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e a opinião da Administração, quando aplicável. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.16 Reconhecimento de receitas

3.16.1 Receita de venda de energia

As receitas de venda de energia são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação, com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. A receita de operações com venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos valor justo da contraprestação a receber quando as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças (“PLD”).

O IFRS 15 (CPC 47) estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida em contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e; (v) reconhecimento da receita quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo:

- (a) O cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho;
- (b) O desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; e

- (c) O desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

3.16.2 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, juros sobre atraso no recebimento de clientes, atualização de ativos e passivos financeiros e variações de swaps. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e debêntures, ajustes de desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.17 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são referentes a contas a receber de clientes e as dívidas em moeda estrangeira objeto do Plano de Recuperação Judicial. A Companhia realizou cálculo do valor presente para os saldos com prazos de pagamento superiores a 180 dias. A taxa de desconto utilizada pela Administração para o desconto a valor presente para esses itens é de aproximadamente 10,0% a.a., semelhante ao custo médio de captação de recursos do Grupo nos últimos anos e ao encargo financeiro cobrado de seus clientes. Já para a dívida em moeda estrangeira a taxa de desconto aplicada é de IPCA+7,93% a.a.

3.18 Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)

Os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço.

3.19 Demonstração do valor adicionado

Preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o Pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, para as Companhias abertas, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.20 Alterações em pronunciamentos contábeis vigentes a partir de 2025:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223/ OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Estabelece os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização. Tem como objetivo padronizar as práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01.01.2025

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 01 de janeiro de 2025 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

3.21 Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir do ano de 2026:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	As emendas determinam exigências de divulgação referentes a: (i) investimentos em participações societárias avaliados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes; (ii) instrumentos financeiros que apresentam características contingentes não diretamente vinculadas aos riscos e custos essenciais de empréstimos; (iii) volume e riscos associados aos contratos de energia elétrica sejam executados ou não — que dependem de fontes naturais.	01.01.2026
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas determinam requisitos de divulgação relacionados a: (i) investimentos em participações societárias mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; (ii) instrumentos financeiros com características contingentes não diretamente associadas aos riscos e custos básicos de empréstimos; e (iii) volumes e riscos envolvidos em contratos de energia elétrica — executados ou não — cuja realização dependa de recursos naturais.	01.01.2026
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 estabelece três categorias para classificar receitas e despesas: Operacionais, de investimento e de financiamento. Com o objetivo de aprimorar a apresentação da demonstração do resultado. A norma também exige a divulgação de novos subtotais obrigatórios, como o lucro operacional. Além disso, determina que as empresas forneçam explicações sobre medidas de desempenho definidas pela administração, quando essas estiverem relacionadas à demonstração do resultado. A IFRS 18 revogará a IAS 1 / CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01.01.2027

A Companhia está avaliando os impactos referentes a esses pronunciamentos em suas demonstrações financeiras e aguardará as orientações dos reguladores para a aplicação.

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada em 31 de dezembro de 2025. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com as investidas e possuir a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação as investidas.

Especificamente, a Light Energia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que a maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando a Light Energia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes para avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor).

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e cessa quando o Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras da controlada para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Light Energia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre as empresas, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido, assim como é realizada a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle for perdido.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e da entidade controlada diretamente pela Companhia demonstrada abaixo:

Sociedade controlada	Atividade	31.12.2025	
		Forma de avaliação	Participação direta (%)
Lajes	Geração hidrelétrica	Consolidação	100,0

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das empresas controladas; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas.

5. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras.

Os resultados de segmento são reportados à Administração, incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia atua somente no segmento de geração de energia elétrica no Estado do Rio de Janeiro, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

6. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Caixa e equivalente de caixa	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e bancos	4.803	80.575	4.859	80.659
TOTAL – ATIVO CIRCULANTE	4.803	80.575	4.859	80.659

Não existem aplicações de liquidez imediata (CDBs) em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A carteira de títulos e valores mobiliários é composta por CDBs e, predominantemente, por Fundos de Investimentos Exclusivos compostos por diversos ativos (fundos de renda fixa, letras financeiras do Tesouro, notas do Tesouro Nacional, entre outros). São aplicações com vencimentos superiores a três meses, que não sofrem perda de valor em caso de resgate antecipado. A companhia adota uma gestão financeira marcada pelo rigor e pela prudência, priorizando a segurança, a liquidez e a diversificação de seu caixa. As aplicações são direcionadas a instrumentos alinhados ao perfil de risco da empresa e a instituições com elevada qualidade de crédito, em conformidade com os limites e parâmetros estabelecidos em suas políticas internas. A rentabilidade ponderada média da carteira equivale a 102,5% em 31 de dezembro de 2025 (102,3% em 31 de dezembro de 2024).

Títulos e valores mobiliários	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Certificado de Depósito Bancário (CDB), Letra Financeira (LF) e outros	55.286	707.320	55.286	707.320
Fundo de investimento (exclusivos)	885.720	99.619	912.486	100.799
<i>Certificado de Depósito Bancário (CDB)</i>	101.044	23.018	103.285	23.291
<i>Compromissadas</i>	186.354	27.279	190.914	27.602
<i>Letra financeira (LF)</i>	314.169	12.718	324.985	12.869
<i>Letra financeira do Tesouro (LFT)</i>	284.153	36.604	293.302	37.037
Moeda Estrangeira ^(a)	-	495.384	-	495.384
TOTAL	941.006	1.302.323	967.772	1.303.503

^(a) Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia descontinuou a manutenção de reserva em moeda estrangeira, referente a Dólares Americanos, em conta no exterior, adquiridos para cumprir obrigação, assumida perante o Tribunal do Reino Unido e no âmbito do Plano de Recuperação Judicial, de realizar e liquidar leilão reverso de dívida (NOTES) emitida pela controlada Light Energia no mercado internacional, como forma de recompra antecipada da dívida (NOTES), de acordo com os parâmetros de valor máximo de oferta (Offer Cap Amount) e demais procedimentos do leilão exigidos pelo Tribunal do Reino Unido. Em 23 de maio de 2025, ocorreu o desembolso de R\$273.589 (equivalentes a USD48.432) para liquidar o Leilão Reverso de dívida e em 09 de outubro de 2025 a Administração resgatou o saldo remanescente no montante de R\$221.328.

8. CLIENTES

Clientes	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Clientes ^(a)	132.742	95.832	138.722	99.039
TUST	634	126	634	126
TOTAL - CIRCULANTE	133.376	95.958	139.356	99.165

^(a) Refere-se à venda da energia elétrica própria à Lightcom e ao mercado de comercialização de energia elétrica de curto prazo.

A Companhia e sua controlada Lajes Energia S.A. avaliaram seus históricos de recebimentos e identificaram que não estão expostas a um risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. O montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais. Portanto, após as devidas análises não foi identificada a necessidade de reconhecimento de eventuais perdas esperadas.

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a concessionárias, permissionárias e clientes é divulgada na nota explicativa nº 28.

9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Tributos e contribuições a recuperar	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar ^(a)	6.097	42.984	6.097	42.984
Outros	213	229	217	233
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR – ATIVO CIRCULANTE	6.310	43.213	6.314	43.217

^(a) Em 31 de dezembro de 2024, inclui créditos fiscais resultantes dos efeitos da conclusão da Recuperação Judicial.

10. TRIBUTOS DIFERIDOS

Tributos diferidos – Controladora e Consolidado	31.12.2025			31.12.2024		
	Ativo diferido	Passivo diferido	Líquido diferido	Ativo diferido	Passivo diferido	Líquido diferido
Provisões para contingências	1.394	-	1.394	3.162	-	3.162
Benefício pós-emprego	4.279	-	4.279	2.308	-	2.308
Provisões para PLR	2.324	-	2.324	1.521	-	1.521
Outros	7.648	(27.634)	(19.986)	8.170	(662)	7.508
Ajuste a valor presente da dívida	-	(577)	(577)	-	(1.731)	(1.731)
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	5.455	(7.621)	(2.166)	10.129	(17.246)	(7.117)
Custo atribuído	-	(117.391)	(117.391)	-	(124.634)	(124.634)
Repactuação do GSF	-	(47.794)	(47.794)	-	(67.736)	(67.736)
ATIVO (PASSIVO) TRIBUTÁRIO DIFERIDO, BRUTO	21.100	(201.017)	(179.917)	25.290	(212.009)	(186.719)
Apresentação pelo líquido	(21.100)	21.100	-	(25.290)	25.290	-
PASSIVO NÃO CIRCULANTE TRIBUTÁRIO DIFERIDO, LÍQUIDO	-	(179.917)	(179.917)	-	(186.719)	(186.719)

10.1 Movimentação dos tributos diferidos

As movimentações do imposto de renda e da contribuição social diferidos para os exercícios de 2025 e de 2024, são como segue:

Diferença temporárias reconhecidas	Ativo	Passivo	Efeito Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	111.396	(230.396)	(119.000)
Efeitos reconhecidos no resultado	(82.413)	18.352	(64.061)
Efeitos reconhecidos no patrimônio líquido	(3.693)	35	(3.658)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	25.290	(212.009)	(186.719)
Efeitos reconhecidos no resultado	(6.161)	10.893	4.732
Efeitos reconhecidos no patrimônio líquido	1.971	99	2.070
Saldo em 31 de dezembro de 2025	21.100	(201.017)	(179.917)

Para fundamentar os créditos fiscais diferidos registrados, a Companhia atualizou, já considerando as realizações até 31 de dezembro de 2025, o estudo técnico de viabilidade de realização fiscal. O estudo estima a recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados em 31 de dezembro de 2025 em até três anos da seguinte forma:

Ano	Total
2026	7.156
2027	9.111
2028	4.833
Total	21.100

10.2 Conciliação dos tributos no resultado

Conciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para imposto de renda e contribuição social:

Conciliação dos tributos no resultado	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Resultado antes do IRPJ e CSLL	229.953	219.473	231.768	220.971
Alíquota nominal de IRPJ e CSLL	34%	34%	34%	34%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL ÀS ALIQUOTAS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE	(78.184)	(74.621)	(78.801)	(75.130)
Equivalência patrimonial	10.210	7.000	-	-
Incentivos fiscais	868	615	868	615
Diferença entre as bases de cálculo - imposto de renda e contribuição social	-	-	9.012	6.011
Outros efeitos de IR e CSLL sobre as adições e exclusões permanentes ^(a)	5.606	(19.674)	5.606	(19.674)
Outros - Resultado das Eliminações (Inov. Tecnológica - Const IFRS 16 - 2019)	72	618	72	618
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO	(61.428)	(86.062)	(63.243)	(87.560)
IRPJ e CSLL corrente no resultado	(66.160)	(22.002)	(67.975)	(23.500)
IRPJ e CSLL diferido no resultado	4.732	(64.060)	4.732	(64.060)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	26,7%	39,2%	27,3%	39,6%

^(a) Inclui R\$10.401 de IRPJ e CSLL referente aos Juros Sobre Capital Próprio aprovados em 31 de dezembro de 2025.

11. OUTROS CRÉDITOS

Outros Créditos	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Adiantamento a fornecedores	1.228	939	1.228	939
Desativações	2.573	2.155	2.573	2.155
Dispêndios a reembolsar	774	261	774	261
Compartilhamento Infraestrutura ANEEL	3.296	3.496	3.296	3.496
Outros	752	492	716	450
TOTAL	8.623	7.343	8.587	7.301
Circulante	8.574	7.229	8.538	7.187
Não circulante	49	114	49	114

12. INVESTIMENTOS

Investimentos	Controladora	
	31.12.2025	31.12.2024
Lajes Energia S.A.	91.417	68.894
TOTAL	91.417	68.894

As principais informações sobre as controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo:

Investimentos	Total do ativo		Capital social		Patrimônio líquido		Resultado do exercício		Equivalência patrimonial	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Lajes Energia	100.741	74.281	30.339	30.339	91.417	68.894	30.030	20.588	30.030	20.588

A movimentação do investimento na controlada Lajes Energia é como segue:

Investimentos – Controladora	Total 31.12.2024	Dividendos	Equivalência patrimonial	Total 31.12.2025
Lajes Energia S.A.	68.894	(7.507)	30.030	91.417

Investimentos – Controladora	Total 31.12.2023	Dividendos	Equivalência patrimonial	Total 31.12.2024
Lajes Energia S.A.	53.453	(5.147)	20.588	68.894

13. IMOBILIZADO

Imobilizado – Controladora	31.12.2025				31.12.2024
	Taxa Média Anual (%)	Custo Histórico	Depreciação e amortização acumulada	Total do Imobilizado	Total do Imobilizado
Geração	3,58	3.265.561	(2.058.389)	1.207.172	1.262.297
Transmissão	4,02	83.283	(43.160)	40.123	38.146
Administração	7,96	8.010	(4.586)	3.424	3.723
		3.356.854	(2.106.135)	1.250.719	1.304.166
Obrigações especiais	3,81	(6.810)	1.315	(5.495)	(5.678)
EM SERVIÇO		3.350.044	(2.104.820)	1.245.224	1.298.488
Geração		454.143	-	454.143	372.505
Administração		14.209	-	14.209	-
EM CURSO		468.352	-	468.352	372.505
TOTAL		3.818.396	(2.104.820)	1.713.576	1.670.993

Imobilizado – Consolidado	31.12.2025				31.12.2024
	Taxa Média Anual (%)	Custo Histórico	Depreciação e amortização acumulada	Total do Imobilizado	Total do Imobilizado
Geração	3,58	3.349.433	(2.075.134)	1.274.299	1.332.098
Transmissão	4,02	83.283	(43.160)	40.123	38.146
Administração	7,96	8.010	(4.586)	3.424	3.723
		3.440.726	(2.122.880)	1.317.846	1.373.967
Obrigações especiais		(6.810)	1.315	(5.495)	(5.678)
EM SERVIÇO		3.433.916	(2.121.565)	1.312.351	1.368.289
Geração		454.951	-	454.951	372.510
Administração		14.209	-	14.209	-
EM CURSO		469.160	-	469.160	372.510
TOTAL		3.903.076	(2.121.565)	1.781.511	1.740.799

As movimentações do imobilizado, são como segue:

Imobilizado - Controladora	Em serviço				Em curso		Total do Imobilizado
	Custo	Depreciação acumulada	Obrigações especiais	Saldo líquido	Custo	Saldo líquido	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.293.352	(1.982.693)	(5.864)	1.304.795	345.782	345.782	1.650.577
Adições	-	-	-	-	87.238	87.238	87.238
Baixas	(3.059)	2.874	-	(185)	-	-	(185)
Depreciação	-	(64.142)	183	(63.959)	-	-	(63.959)
Transferências entre curso e serviço	57.837	-	-	57.837	(57.837)	(57.837)	-
Transferências do / (para o) intangível	-	-	-	-	(2.678)	(2.678)	(2.678)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.348.130	(2.043.961)	(5.681)	1.298.488	372.505	372.505	1.670.993
Adições	-	-	-	-	108.070	108.070	108.070
Baixas	(3.499)	3.036	-	(463)	-	-	(463)
Depreciação	-	(65.210)	186	(65.024)	-	-	(65.024)
Transferências entre curso e serviço	12.223	-	-	12.223	(12.223)	(12.223)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.356.854	(2.106.135)	(5.495)	1.245.224	468.352	468.352	1.713.576

Imobilizado - Consolidado	Em serviço				Em curso		Total do Imobilizado
	Custo	Depreciação acumulada	Obrigações especiais	Saldo líquido	Custo	Saldo líquido	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.366.883	(1.994.315)	(5.864)	1.366.704	357.000	357.000	1.723.704
Adições	-	-	-	-	87.240	87.240	87.240
Baixas	(3.931)	2.874	-	(1.057)	-	-	(1.057)
Depreciação	-	(66.593)	183	(66.410)	-	-	(66.410)
Transferências entre curso e serviço	69.052	-	-	69.052	(69.052)	(69.052)	-
Transferências do / (para o) intangível	-	-	-	-	(2.678)	(2.678)	(2.678)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.432.004	(2.058.034)	(5.681)	1.368.289	372.510	372.510	1.740.799
Adições	-	-	-	-	108.873	108.873	108.873
Baixas	(3.501)	3.039	-	(462)	-	-	(462)
Depreciação	-	(67.885)	186	(67.699)	-	-	(67.699)
Transferências entre curso e serviço	12.223	-	-	12.223	(12.223)	(12.223)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.440.726	(2.122.880)	(5.495)	1.312.351	469.160	469.160	1.781.511

Em 31 de dezembro de 2025, foi incorporado ao ativo imobilizado: capitalização de juros, no montante de R\$22.656 (R\$16.082 em 31 de dezembro de 2024), cuja taxa média de capitalização foi de 7,4% ao ano (7,3% em 31 de dezembro de 2024); e (ii) capitalização de parcela utilizada nos projetos referente a contratos de arrendamento (IFRS 16), no montante de R\$511 (R\$443 em 31 de dezembro de 2024).

13.1 Taxas anuais de depreciação e amortização:

As principais taxas anuais de depreciação e amortização, com base na estimativa da vida útil dos bens, são as seguintes:

GERAÇÃO	%	TRANSMISSÃO	%	ADMINISTRAÇÃO	%
Barramento	2,50	Condutor do sistema	2,70	Edificações	3,33
Disjuntor	3,03	Equipamento geral	6,25	Equipamento geral	6,25
Edificações	2,00	Estrutura do sistema	3,13	Veículos	14,29
Equipamentos da tomada d'água	3,70	Religadores	4,00		
Estrutura da tomada d'água	2,86				
Gerador	3,33				
Grupo motor – gerador	5,88				
Reserva, barragens e adutoras	2,00				
Sistema de comunicação local	6,67				
Turbina hidráulica	2,50				
Obrigações especiais - Amortização	4,02				

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável para os bens do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2025.

Os contratos de concessão das usinas hidrelétricas da Companhia preveem que, ao final do prazo de cada concessão, o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado de forma que a Administração entende que o valor do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsado pelo Poder Concedente.

Para os ativos imobilizados que não possuem vínculo com a concessão, são depreciados pelo método linear respeitando a vida útil dos bens.

Controlada Lajes - Reversão dos bens à União

Conforme a Subcláusula Primeira da cláusula 11ª do contrato de concessão nº 08/2013 da controlada Lajes, estabelece que no advento do termo final deste contrato, todos os bens e as instalações vinculados à PCH, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados ou depreciados, desde que autorizados e apurados por fiscalização da ANEEL.

O Decreto nº 9.158, de 21 de setembro de 2017, que regulamenta a prorrogação das concessões e autorizações de energia elétrica abrangidas pelo artigo 2º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, estabelece, em seu artigo 1º, § 2º, incisos III e IV, que a prorrogação das outorgas será concedida pelo prazo de trinta anos, contado a partir do término da concessão ou autorização original, desde que o concessionário assuma, de forma cumulativa, determinadas obrigações. Entre elas, encontra-se a obrigação de reversão dos bens vinculados à prestação do serviço público ao final da concessão prorrogada, sem que disso decorra qualquer direito à indenização, bem como a renúncia a direitos eventualmente adquiridos em regimes anteriores que sejam incompatíveis com as disposições da Lei nº 12.783/2013.

De acordo com o decreto em seu artigo 2º, inciso III, a Aneel define a metodologia de cálculo do UBP, observando que ao final da outorga, os bens vinculados serão revertidos ou transferidos sem indenização.

14. INTANGÍVEL

Intangível – Controladora e Consolidado	31.12.2025				31.12.2024
	Taxa Média Anual (%)	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Total do Intangível	Total do Intangível
Extensão da concessão ^(a)		433.829	(293.258)	140.571	199.222
Geração	20	11.079	(7.700)	3.379	3.988
Administração	20	1.198	(674)	524	155
EM SERVIÇO		446.106	(301.632)	144.474	203.365
Administração		4.430	-	4.430	2.486
EM CURSO		4.430	-	4.430	2.486
TOTAL		450.537	(301.632)	148.904	205.851

^(a) A Lei nº 14.052/2020 e a Resolução Normativa da ANEEL nº 895/2020 repactuaram o risco hidrológico (GSF) do MRE, reconhecendo como indevidos alguns fatores que impactaram a geração hidrelétrica e prevendo compensação aos geradores via extensão das concessões. A Companhia aderiu à repactuação em dezembro de 2020, com liquidação de saldos e desistência de ações judiciais.

A movimentação do intangível é como segue:

Intangível – Controladora e Consolidado	Em serviço			Em curso		Total do Intangível
	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo	Saldo líquido	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	441.871	(182.926)	258.945	896	896	259.841
Adições	-	-	-	2.355	2.355	2.355
Amortização	-	(59.023)	(59.023)	-	-	(59.023)
Transferências entre curso e serviço	765	-	765	(765)	(765)	-
Transferências para o imobilizado	2.678	-	2.678	-	-	2.678
Saldo em 31 de dezembro de 2024	445.314	(241.949)	203.365	2.486	2.486	205.851
Adições	-	-	-	2.736	2.736	2.736
Amortização	-	(59.683)	(59.683)	-	-	(59.683)
Transferências entre curso e serviço	792	-	792	(792)	(792)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	446.106	(301.632)	144.474	4.430	4.430	148.904

A Companhia registra em seu intangível, softwares amortizados a uma taxa de 20% a.a. e servidão de passagem, que não possui amortização por se tratar do direito de uso de uma faixa de terreno, normalmente associado a uma linha de transmissão.

15. FORNECEDORES

Fornecedores	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Encargos de uso da rede elétrica	4.327	4.327	4.327	4.327
Materiais e serviços	45.498	49.201	46.587	49.233
TOTAL – Circulante	49.825	53.528	50.914	53.560

16. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR

Tributos e contribuições a pagar	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
PIS e COFINS	4.684	8.501	4.760	8.556
ICMS	201	56	215	56
INSS	843	724	914	727
IPTU	202	205	202	205
IRRF ^(a)	22.587	797	22.595	798
Provisão de IRPJ e CSLL	-	-	431	102
Outros	3.487	3.940	3.525	3.941
TOTAL – Circulante	32.004	14.223	32.642	14.385

^(a) Inclui R\$10.401 de IRRF referente aos Juros Sobre Capital Próprio aprovados em 31 de dezembro de 2025.

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

17.1 Empréstimos e Financiamentos

Os saldos dos empréstimos e financiamentos estão sendo apresentados de acordo com os termos e condições previstas nos contratos das dívidas financeiras, e com os acordos previstos e homologados pelo PRJ.

Financiador – Controladora e Consolidado	Principal	Encargos	Total	
			31.12.2025	31.12.2024
<i>Bonds 2024</i>	879.125	1.175	880.300	1.306.783
Subtotal - Moeda estrangeira	879.125	1.175	880.300	1.306.783
Custo de captação	(10.403)	-	(10.403)	(31.210)
Custos - Moeda estrangeira	(10.403)	-	(10.403)	(31.210)
Ajuste a valor presente	(1.697)	-	(1.697)	(5.090)
MOEDA ESTRANGEIRA – TOTAL	867.025	1.175	868.200	1.270.483
Itaú - Transferência 7ª emissão debêntures	13.799	316	14.115	18.031
Bradesco - Transferência 7ª emissão debêntures	9.200	210	9.410	12.019
Citibank – Nota de Negociação Swap	52.017	1.765	53.782	63.123
Santander - Nota de Negociação Swap	55.269	1.876	57.145	67.073
Itaú - Nota de Negociação Swap	98.890	3.355	102.245	120.010
Bradesco - Nota de Negociação Swap	14.981	547	15.528	18.213
Fianças bancárias diversas	-	(13)	(13)	-
Subtotal - Moeda nacional	244.156	8.056	252.212	298.469
Custo de captação	(6.925)	-	(6.925)	(9.606)
Custos - Moeda nacional	(6.925)	-	(6.925)	(9.606)
MOEDA NACIONAL – TOTAL	237.231	8.056	245.287	288.863
TOTAL	1.104.256	9.231	1.113.487	1.559.346
Circulante			961.657	525.587
Não circulante			151.830	1.033.759

As condições contratuais dos empréstimos e financiamentos existentes em 31 de dezembro de 2025, são como segue:

Financiador – Consolidado	Data de assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a.	Taxa efetiva	Amortização do principal		
					Forma de pagamento	Início	Término
Bonds 2024	19.12.2024	US\$	USD + 4,375%	4,38%	Única	jun/26	jun/26
Itaú - Transferência 7ª emissão debêntures	10.04.2024	R\$	IPCA + 4,85%	9,53%	Anual	jul/25	jul/28
Bradesco - Transferência 7ª emissão debêntures	10.04.2024	R\$	IPCA + 4,85%	9,53%	Anual	jul/25	jul/28
Citibank - Nota de Negociação Swap	10.04.2024	R\$	CDI + 2%	16,55%	Trimestral	jul/25	jun/28
Santander - Nota de Negociação Swap	10.04.2024	R\$	CDI + 2%	16,55%	Trimestral	jul/25	jun/28
Itaú - Nota de Negociação Swap	10.04.2024	R\$	CDI + 2%	16,55%	Trimestral	jul/25	jun/28
Bradesco - Nota de Negociação Swap	10.04.2024	R\$	CDI + 2,85%	17,52%	Trimestral	jul/25	jun/28

As movimentações dos empréstimos e financiamentos são como segue:

Empréstimos e financiamentos - Controladora	2025			2024		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Saldo inicial	1.549.881	9.465	1.559.346	960.574	43.773	1.004.347
Incorporação dos saldos remanescentes de instrumentos financeiros derivativos swaps	-	-	-	218.218	-	218.218
Incorporação dos encargos ao principal da 7ª Emissão de debêntures	-	-	-	28.474	-	28.474
Incorporação dos encargos ao principal de swap	-	-	-	16.623	-	16.623
Ganho PRJ – Leilão reverso	(14.399)	-	(14.399)	(32.872)	-	(32.872)
Ganho PRJ - Não Apoiadores (Haircut) ^(a)	-	-	-	(32.872)	-	(32.872)
Transferência de dívida para controladora - Light S.A.	-	-	-	(2.830)	-	(2.830)
Variação monetária e cambial	(133.327)	-	(133.327)	271.480	-	271.480
Encargos financeiros provisionados	-	77.952	77.952	-	116.816	116.816
Encargos financeiros pagos	-	(78.186)	(78.186)	-	(17.020)	(17.020)
Encargos capitalizados ao principal	-	-	-	107.580	(107.580)	-
Transferência entre principal e encargos	-	-	-	26.524	(26.524)	-
Amortização do principal ^(b)	(321.387)	-	(321.387)	-	-	-
Custo de captação	-	-	-	(39.720)	-	(39.720)
Amortização do custo de captação	23.488	-	23.488	6.591	-	6.591
Ajuste a valor justo ^(c)	-	-	-	(5.388)	-	(5.388)
Ajuste a valor presente	-	-	-	(5.373)	-	(5.373)
Saldo final	1.104.256	9.231	1.113.487	1.549.881	9.465	1.559.346

(a) No processo de renegociação, parte da dívida da Companhia foi transferida para a controladora Light S.A. – Em Recuperação Judicial dando origem a Default note originário do saldo dos credores não optante e com *haircut* de 80% do saldo antes da transferência a controladora Light S.A. – Em Recuperação Judicial.

(b) Inclui R\$273.589 referente à liquidação do Leilão Reverso da Oferta de Recompra no exterior das Notes.

(c) Refere-se ao efeito do valor justo decorrente da reestruturação da dívida no exercício de 2024.

Empréstimos e financiamentos - Consolidado	2025			2024		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Saldo inicial	1.549.881	9.465	1.559.346	964.324	43.791	1.008.115
Incorporação dos saldos remanescentes de instrumentos financeiros derivativos swaps	-	-	-	218.218	-	218.218
Incorporação dos encargos ao principal da 7ª Emissão de debêntures	-	-	-	28.474	-	28.474
Incorporação dos encargos ao principal de swap	-	-	-	16.623	-	16.623
Ganho PRJ – Leilão reverso	(14.399)	-	(14.399)	-	-	-
Ganho PRJ - Não Apoiadores (Haircut) ^(a)	-	-	-	(32.872)	-	(32.872)
Transferência de dívida para controladora - Light S.A	-	-	-	(2.830)	-	(2.830)
Variação monetária e cambial	(133.327)	-	(133.327)	271.480	-	271.480
Encargos financeiros provisionados	-	77.952	77.952	-	116.995	116.995
Encargos financeiros pagos	-	(78.186)	(78.186)	-	(17.217)	(17.217)
Encargos capitalizados ao principal	-	-	-	107.580	(107.580)	-
Transferência entre principal e encargos	-	-	-	26.524	(26.524)	-
Amortização do principal ^(b)	(321.387)	-	(321.387)	(3.750)	-	(3.750)
Custo de captação	-	-	-	(39.720)	-	(39.720)
Amortização do custo de captação	23.488	-	23.488	6.591	-	6.591
Ajuste a valor justo ^(c)	-	-	-	(5.388)	-	(5.388)
Ajuste a valor presente	-	-	-	(5.373)	-	(5.373)
Saldo final	1.104.256	9.231	1.113.487	1.549.881	9.465	1.559.346

(a) No processo de renegociação, parte da dívida da Companhia foi transferida para a controladora Light S.A. – Em Recuperação Judicial dando origem a Default note originário do saldo dos credores não optante e com *haircut* de 80% do saldo antes da transferência a controladora Light S.A. – Em Recuperação Judicial.

(b) Em 31 de dezembro de 2025, inclui R\$273.589 referente à liquidação do Leilão Reverso da Oferta de Recompra no exterior das Notes. Em 31 de dezembro de 2024, o valor de R\$3.750 refere-se à amortização final do CCB Santander de Lajes.

(c) Refere-se ao efeito do valor justo decorrente da reestruturação da dívida no exercício de 2024.

O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a captação dos empréstimos e custos com *fees de covenants (waivers)*. Estes custos são como segue:

Movimentação dos custos – Consolidado	Saldo a amortizar em 31.12.2023	Custo de captação	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2024	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2025
Bonds 2021	7.687	-	(7.687)	-	-	-
Custos com repactuação da dívida	-	39.720	1.096	40.816	(23.488)	17.328
TOTAL	7.687	39.720	(6.591)	40.816	(23.488)	17.328

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e moeda estrangeira relacionados a empréstimos e financiamentos é divulgada na nota explicativa nº 28.

Reestruturação

Em 23 de maio de 2025, a Light Energia concluiu a oferta de recompra no exterior (“Oferta de Recompra”) de suas 4,375% Notes com vencimento em 2026. A Oferta de Recompra foi realizada nos termos e condições previstas na *Offer to Purchase*, conforme descrito abaixo:

Título	CUSIP	ISIN	Valor do principal	Valor da recompra
4,375% - Notes com vencimento em 2026	53 1959 AA2	US531959AA29	US\$210.752	US\$50.981

Avais, fianças ou garantias

Os contratos referentes aos créditos da Companhia excluídos do processo de recuperação judicial, não possuem garantias corporativas da controladora Light S.A – Em Recuperação Judicial.

Covenants

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de empréstimos e financiamentos, inclusive vencimento cruzado. O vencimento antecipado ocorre quando do não atendimento a pelo menos um indicador dos chamados "covenants financeiros" em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados, e quando do não atendimento de determinados "covenants não financeiros", como o pedido de recuperação judicial.

Seus contratos preveem a manutenção de indicadores (covenants) de dívida líquida/EBITDA (abaixo de 2,5 vezes para renegociações efetuadas em abril de 2024 e 3,5 vezes para o contrato do Bonds), além de cobertura de juros (acima de 2,0 vezes). Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia atendeu aos indicadores requeridos contratualmente.

17.2 Debêntures

Os saldos de debêntures estão sendo apresentados de acordo com os termos e condições previstas nos contratos das dívidas financeiras, e com os acordos previstos e homologados pelo PRJ.

Emissão - Controladora e Consolidado	Principal	Encargos	Total	
			31.12.2025	31.12.2024
Debêntures 7ª Emissão	481.284	10.885	492.169	628.952
Subtotal – Debêntures	481.284	10.885	492.169	628.952
Custo de captação	(19.047)	-	(19.047)	(26.418)
Custos – Debêntures	(19.047)	-	(19.047)	(26.418)
TOTAL	462.237	10.885	473.122	602.534
Circulante			163.942	152.423
Não circulante			309.180	450.111

As condições contratuais das debêntures consolidadas existentes em 31 de dezembro de 2025, são como segue:

Emissão - Controladora e Consolidado	Data de assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a.	Taxa efetiva	Amortização do principal		
					Forma de pagamento	Início	Término
Debêntures 7ª Emissão	05.08.2021	R\$	IPCA + 4,85%	9,53%	Anual	Jul/2025	Jul/2028

As movimentações das debêntures consolidadas são como segue:

Controladora e Consolidado	2025			2024		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Saldo Inicial	588.624	13.910	602.534	572.422	26.542	598.964
Variação monetária	25.119	-	25.119	34.822	-	34.822
Encargos financeiros provisionados	-	4.205	4.205	-	1.537	1.537
Encargos financeiros pagos	-	(29.886)	(29.886)	-	(7.529)	(7.529)
Transferência dos encargos da 7ª Emissão de debêntures para empréstimos	-	-	-	-	(28.474)	(28.474)
Custo de emissão	-	-	-	(21.449)	-	(21.449)
Amortização do principal	(158.877)	-	(158.877)	-	-	-
Amortização custo de emissão	7.371	-	7.371	2.829	-	2.829
Encargos capitalizados ao imobilizado	-	22.656	22.656	-	21.834	21.834
Saldo Final	462.237	10.885	473.122	588.624	13.910	602.534

O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a emissão das debêntures e custos com *fees de covenants (waivers)*. Estes custos estão detalhados no quadro abaixo:

Movimentação dos custos de emissão	Saldo a amortizar em 31.12.2023	Custo	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2024	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2025
Debêntures 7ª Emissão	7.798	-	(1.700)	6.098	(5.671)	427
Custos com repactuação da dívida	-	21.449	(1.129)	20.320	(1.700)	18.620
TOTAL	7.798	21.449	(2.829)	26.418	(7.371)	19.047

As debêntures da Companhia não são objeto de repactuação programada. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros relacionados a debêntures é divulgada na nota explicativa nº 28.

Covenants

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de debêntures, inclusive vencimento cruzado. O vencimento antecipado ocorre quando do não atendimento a pelo menos um indicador dos chamados "*covenants* financeiros" em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados, e quando do não atendimento de determinados "*covenants* não financeiros", como o pedido de recuperação judicial.

Todas as emissões de debêntures preveem a manutenção de indicadores (*covenants*) de dívida líquida/EBITDA abaixo de 2,5 vezes e cobertura de juros acima de 2,0 vezes. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia atendeu aos indicadores requeridos contratualmente.

18. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Os processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria trabalhista, cível e fiscal.

18.1 Perdas prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

As movimentações das provisões prováveis, são como seguem:

Provisões para perdas prováveis - Passivo não circulante – Controladora e Consolidado	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Honorários de êxito	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.421	4.920	-	4.222	11.563
Adições	2.820	3.804	-	1.235	7.859
Atualizações	355	4	-	814	1.173
Reversões de atualizações	(89)	(3.800)	-	(91)	(3.980)
Reversões	(284)	-	-	(725)	(1.009)
Pagamentos	(955)	(4.620)	-	(731)	(6.306)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.268	308	-	4.724	9.300
Adições	511	31	3	153	698
Atualizações	158	18	1	109	286
Reversões de atualizações	-	-	-	(1.069)	(1.069)
Pagamentos	(487)	(11)	-	(754)	(1.252)
Reversões	(683)	(19)	(4)	(3.156)	(3.862)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.767	327	-	7	4.101

18.2 Perdas possíveis

A Companhia e sua controlada possuem processos de natureza trabalhista, cível e fiscal em andamento cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Consolidado	31.12.2025		31.12.2024	
	Saldo	Quantidade de processos ^(a)	Saldo	Quantidade de processos ^(a)
Cíveis	1.091	28	834	28
Trabalhistas	5.550	83	17.739	113
Fiscais	173.157	14	6.260	19
TOTAL	179.798	125	24.833	160

(a) Não auditado pelos auditores independentes.

Em 10 de outubro de 2025, a Companhia recebeu 4 (quatro) Notificações de Lançamento realizadas pelo Município de Pirai, para fins de cobrança de suposto saldo devedor da Taxa de Licença para Localização e Funcionamento de Estabelecimento – TLLF, referente aos exercícios de 2021 a 2025 que totalizavam à época o montante de R\$163.800. Em 07 de novembro de 2025 foram apresentadas as Impugnações. Em 09 de janeiro de 2026 a Companhia foi intimada acerca do julgamento de primeira instância administrativa da improcedência das Impugnações. Diante disso, a Companhia protocolou em 23 de janeiro de 2026 os respectivos Recursos Voluntários, que aguardam julgamento. As Notificações de Lançamento estão classificadas como perda possível. Em 31 de dezembro de 2025, o montante dessas discussões é de R\$166.484.

18.2.1 Trabalhistas

Os principais pedidos objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: Equiparação Salarial, Horas Extras, Acidente de Trabalho, Adicional Periculosidade/Diferença e Dano Moral. Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais trabalhistas com chances prováveis de perda pela Companhia, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estima-se que o prazo seja de aproximadamente 5 anos, para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia ser vencidas nas ações. Em 31 de dezembro de 2025, montantes envolvidos nestas discussões com risco possível totalizam R\$3.239 (R\$11.547 em 31 de dezembro de 2024).

19. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Composição dos saldos do déficit atuarial dos planos de previdência e plano de saúde:

Informações atuariais	Consolidado					
	Plano de previdência (Déficit)		Plano de saúde		Total	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Plano de saúde	-	-	12.262	8.803	12.262	8.803
Contribuição variável (Plano A/B)	-	23	-	-	-	23
Passivo líquido	-	23	12.262	8.803	12.262	8.826
Circulante					1.762	1.313
Não circulante					10.500	7.513

19.1 Plano de saúde

As empresas do Grupo Light oferecem a seus funcionários e ex-colaboradores o benefício de assistência médica na modalidade de pré-pagamento, operada pela Amil Assistência Médica. Nesse tipo de modalidade, a Companhia efetua o repasse das contribuições à operadora de acordo com uma tabela de preços pré-estabelecida por número de vidas (incluindo empregados e inválidos, titulares e dependentes). Da mesma forma, os aposentados e seus dependentes efetuam diretamente à operadora o recolhimento de suas contribuições individuais, também com base na mesma tabela de preços pré-estabelecida.

Foi reconhecido na demonstração do resultado do exercício de 2025, na rubrica de outras despesas financeiras, o montante de R\$1.033 (R\$1.596 em 31 de dezembro de 2024). Adicionalmente, foi reconhecido na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais o montante de R\$277 (R\$16 em 31 de dezembro de 2024) e em outros resultados abrangentes o montante de R\$2.149 (perda de R\$9.980 em 31 de dezembro de 2024) em decorrência da avaliação atuarial de plano de saúde dos participantes aposentados.

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo de passivo atuarial referente a este benefício é de R\$12.262 (R\$8.803 em 31 de dezembro de 2024).

19.2 Avaliação atuarial

A Companhia contrata atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, efetuada para a data-base de 31 de dezembro de 2025.

As informações atuariais consolidadas são como segue:

Informações atuariais – Controladora e Consolidado	31.12.2025			31.12.2024		
	Plano de previdência	Plano de saúde	Total	Plano de previdência	Plano de saúde	Total
Valor presente das obrigações atuariais	129.976	12.262	142.238	115.301	8.803	124.104
Plano A/B	669	-	669	1.030	-	1.030
Plano C	129.307	-	129.307	114.271	-	114.271
Valor justo dos ativos do plano	(132.783)	-	(132.783)	(120.864)	-	(120.864)
Plano A/B	(699)	-	(699)	(1.008)	-	(1.008)
Plano C	(132.084)	-	(132.084)	(119.856)	-	(119.856)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	2.807	-	2.807	5.586	-	5.586
Plano A/B	30	-	30	-	-	-
Plano C	2.777	-	2.777	5.586	-	5.586
Passivo líquido	-	12.262	12.262	23	8.803	8.826
Circulante			1.762			1.313
Não circulante			10.500			7.513

As mudanças no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

Valor justo dos ativos do plano de previdência	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	142.157
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	12.906
Ganhos atuariais nos ativos do plano	(24.577)
Contribuições da patrocinadora	203
Contribuições dos participantes	709
Benefícios pagos pelo plano/Companhia	(10.533)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	120.865
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	13.434
Ganhos atuariais nos ativos do plano	9.077
Contribuições da patrocinadora	386
Contribuições dos participantes	464
Benefícios pagos pelo plano/Companhia	(11.443)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	132.783

O resultado real sobre os ativos dos planos foi um ganho de R\$9.077 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (perda de R\$24.577 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

Valor presente da obrigação	Plano de previdência	Plano de saúde	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	143.115	17.170	160.285
Custo do serviço corrente	18	16	34
Juros sobre a obrigação atuarial	12.996	1.596	14.592
Contribuições de participantes	709	-	709
Perdas atuariais reconhecidas	(31.002)	(9.979)	(40.981)
Benefícios pagos pelo plano/Companhia	(10.535)	-	(10.535)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	115.301	8.803	124.104
Custo do serviço corrente	8	277	285
Juros sobre a obrigação atuarial	12.789	1.033	13.822
Contribuições de participantes	464	-	464
Ganhos atuariais reconhecidas	12.857	2.149	15.006
Benefícios pagos pelo plano/Companhia	(11.443)	-	(11.443)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	129.976	12.262	142.238

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado, nos grupos de custos e despesas operacionais e resultado financeiro, são como segue:

Custo esperado estimado	31.12.2025			31.12.2024		
	Plano de previdência	Plano de saúde	Total	Plano de previdência	Plano de saúde	Total
Custo do serviço corrente	8	277	285	18	16	34
Juros sobre as obrigações atuariais	12.789	1.033	13.822	12.996	1.596	14.592
Rendimento esperado dos ativos do plano	(13.434)	-	(13.434)	(12.906)	-	(12.906)
Total	(637)	1310	673	108	1.612	1.720

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2026 é como segue:

Estimativa de despesa para o exercício seguinte	2025	
	Plano de previdência	Plano de saúde
Custo do serviço corrente	12	300
Juros sobre as obrigações atuariais	14.421	1.462
Rendimento esperado dos ativos do plano	(14.747)	-
Juros sobre o efeito do teto de ativo e passivos adicionais	326	-
Total	12	1.762

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

Consolidado	31.12.2025	31.12.2024
Renda fixa	83,20%	86,90%
Renda variável	4,40%	1,02%
Investimentos estruturados	8,90%	8,67%
Imóveis	1,60%	1,42%
Empréstimos e financiamentos	1,80%	1,95%
Outros realizáveis	0,10%	0,06%
Provisões contingências	0,00%	-0,02%
Total	100,00%	100,00%

A Braslight realiza periodicamente estudos de Asset Liability Management (ALM) dos planos de benefícios no intuito de reavaliar a estratégia de alocação dos investimentos frente às obrigações atuariais, com vistas a se proteger das alterações nos preços dos instrumentos financeiros, bem como evitar o descasamento dos fluxos de ativos e passivos, de forma que os recursos estejam disponíveis na data de pagamento dos benefícios e demais obrigações dos planos.

Abaixo são apresentados a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo atuarial líquido, no exercício, e o total da despesa reconhecida em outros resultados abrangentes:

Benefício pós-emprego	2025	2024
Saldo inicial	8.826	18.167
Reconhecimento no resultado do exercício	1.312	1.521
Reconhecimento no resultado abrangente	153	(7.169)
Impacto dos tributos	1.971	(3.693)
Saldo final	12.262	8.826

19.3 Premissas atuariais:

19.3.1 Plano de Previdência

Plano de previdência - Consolidado	31.12.2025	31.12.2024
Taxa de juros nominal (desconto) a valor presente do passivo atuarial	12,04%(A/B) e 11.61%(C)	12,02%(A/B) e 11.60%(C)
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	12,04%(A/B) e 11.61%(C)	12,02%(A/B) e 11.60%(C)
Taxa anual de inflação	4,25%	4,0%
Taxa de crescimento salarial nominal	2,00%	2,0%
Índice de reajuste nominal de benefícios concedidos de prestação continuada	INPC/IBGE	INPC/IBGE
Fator de capacidade	100,00%	100,0%
Taxa rotativa	Nula	Nula
Tábua geral de mortalidade ^(a)	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2010 por sexo
Tábua de entrada em invalidez (planos A/B)	LIGHT (Frac) Desagr. 20%	LIGHT (Frac) Desagr. 20%
Tábua de entrada em invalidez (plano C saldado)	LIGHT (Frac) Desagr. 20%	LIGHT (Frac) Desagr. 20%
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 Masculina	AT-49 Masculina
Participantes ativos	-	-
Participantes aposentados e pensionistas	2	2

(a) Tábua sem agravamento

19.3.2 Plano de Saúde

Plano de saúde - Consolidado	31.12.2025	31.12.2024
Taxa de desconto	11,92%	11,74%
Taxa anual de inflação	4,25%	4,00%
Taxa de crescimento de custos médicos	4,25%	4,00%
Taxa rotativa	1,00%	1,42%
Tábua de Mortalidade	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2010 por sexo
Entradas de Invalidez	(Light Fraca)*0,80	(Light Fraca)*0,80
Participantes ativos	163	174
Idade média de funcionários ativos	44	43
Participantes aposentados e pensionistas	68	68
Idade média de funcionários aposentados	65	64

19.4 Análise de sensibilidade

19.5.1 Plano de Previdência

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são a taxa de desconto e a tábua de mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido.

Abaixo estão demonstrados os efeitos na obrigação de benefício definido caso a taxa de desconto fosse 0,5% mais baixa ou 0,5% mais alta:

Taxa de desconto nominal (a.a.)	Premissa laudo	Varição de taxa de desconto	Impacto na obrigação do plano
Plano A/B	12,04%	-0,5%	687
Plano A/B	12,04%	+0,5%	652
Plano C	11,61%	-0,5%	134.075
Plano C	11,61%	+0,5%	124.796

19.5.2 Plano de Saúde

A análise de sensibilidade do valor presente das obrigações atuariais a alterações das principais premissas atuariais são como seguem:

Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto R\$	Impacto %
Taxa de desconto	-1%	13.171	-6,90%
Taxa de desconto	+1%	11.457	7,03%

20. ATIVO DE DIREITO DE USO E OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO

20.1 Movimentação dos ativos de direito de uso e das obrigações por arrendamento

As movimentações do ativo de direito de uso, são como segue:

Ativo de direito de uso	Controladora e Consolidado			
	Terrenos e imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023 – Ativo não circulante	-	280	5.313	5.593
Adições de arrendamentos	17.272	-	-	17.272
Remensurações	-	7	111	118
Depreciação	-	(201)	(868)	(1.069)
Saldo em 31 de dezembro de 2024 – Ativo não circulante	17.272	86	4.556	21.914
Remensurações	-	-	225	225
Atualização monetária	828	-	-	828
Depreciação	(2.441)	(86)	(909)	(3.436)
Saldo em 31 de dezembro de 2025 – Ativo não circulante	15.659	-	3.872	19.531

As movimentações das obrigações por arrendamento, são como segue:

Obrigações por arrendamento	Controladora e Consolidado			
	Terrenos e imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	311	5.842	6.153
Adições de arrendamentos	17.272	-	-	17.272
Remensurações	-	7	111	118
Pagamento da parcela	-	(245)	(1.362)	(1.607)
Despesa de juros	-	29	681	710
Saldo em 31 de dezembro de 2024	17.272	102	5.272	22.646
Remensurações	-	-	225	225
Atualização monetária	828	-	-	828
Pagamento da parcela	(3.449)	(105)	(1.418)	(4.972)
Despesa de juros	1.789	3	618	2.410
Saldo em 31 de dezembro de 2025	16.440	-	4.697	21.137
Passivo circulante				3.527
Passivo não circulante				17.610

20.2 Cronograma de vencimento das obrigações por arrendamento de longo prazo

Obrigações por arrendamento	31.12.2025
	Controladora e Consolidado
2027	4.043
2028	4.634
2029	5.312
2030 em diante	3.621
Total	17.610

Para a realização da mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, a Companhia utilizou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada

nos fluxos a serem descontados. Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. A Companhia apresenta abaixo os efeitos estimados considerando a inflação futura projetada:

Efeitos estimados	Controladora e Consolidado	
	Efeitos estimados	
	31.12.2025	31.12.2024
ATIVO DE DIREITO DE USO		
Conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 (fluxo real)	19.531	21.914
Com efeito da Inflação (fluxo nominal)	21.449	22.600
OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO		
Conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 (fluxo real)	21.137	22.646
Com efeito da Inflação (fluxo nominal)	23.055	23.332

21. ENCARGOS REGULATÓRIOS

Encargos regulatórios	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	228	312	228	312
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	456	624	456	624
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	3.490	5.730	3.490	5.730
Quota de reserva global de reversão – RGR	1.855	2.301	1.855	2.301
Taxa de Fiscalização Aneel – TFSEE	220	236	226	242
TOTAL – PASSIVO CIRCULANTE	6.249	9.203	6.255	9.209

22. OUTROS DÉBITOS

Outros débitos	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	4.191	4.125	4.191	4.125
Reserva para reversão	1.362	2.572	1.362	2.572
Outros ^(a)	30.467	19.673	30.515	19.671
TOTAL	36.020	26.370	36.068	26.368
Passivo Circulante	35.857	24.998	35.905	24.995
Passivo Não circulante	163	1.372	163	1.373

^(a) Inclui na controladora e no consolidado, R\$17.385 referente estimativa de custos tributários incidentes sobre a renegociação das dívidas com os credores.

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações consolidadas da Companhia são apresentados abaixo:

23.1 Ativos e receitas

Grupo do balanço, características do contrato e vínculo	Valor original	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Ativos		Receitas	
					31.12.2025	31.12.2024	2025	2024
Cliente - Cobrança referente a venda de energia da Companhia para a Lightcom (Controladora)	5.637.347	dez/2013 a jun/2026	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	130.936	83.076	713.428	934.768
Cliente - Compromisso com encargos de uso da rede básica da Companhia com a Light SESA (Controladora e consolidado)	N/A ^(a)	A partir de dez/2002 Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	325	325	4.330	3.913
Cliente - Compromisso com encargo de conexão da Companhia com a Light SESA (Controladora e consolidado)	N/A ^(a)	A partir de dez/2005 Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	314	298	3.688	3.541
Cliente - Cobrança referente a venda de energia da Lajes para a Lightcom - Está sob controle comum (Consolidado)	N/A	A partir de jan/2021 Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	3.616	594	15.510	6.772
Cliente - A Companhia cobra prestação de serviços da Lajes (Controladora)	2.688	A partir de jan/2018 Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	37	42	296	606
Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre as partes relacionadas (Consolidado)	N/A ^(b)	dez/2023 a dez/2028	Termos definidos pela ANEEL	N/A	3.296	3.496	13.203	11.262

(a) Os contratos de encargo de conexão e encargo de uso da rede básica são faturados de acordo com a demanda de energia circulada na rede.

(b) Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura - ao contrato de compartilhamento de recursos humanos e de infraestrutura firmado entre a controlada e a controladora e as empresas do Grupo Light: Light S.A., Light SESA e Lightcom. Os custos são rateados por um critério regulatório definido no art. 12 da REN 948/2021 - ANEEL. O contrato de compartilhamento firmado pelas partes, foi anuído pela ANEEL, através do Despacho nº 4.681 de 01 de dezembro de 2023, com prazo de validade de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual, condicionado a prévia anuência da ANEEL.

23.2 Passivos, recursos destinados a futuro aumento de capital – Patrimônio Líquido e despesas

Grupo do balanço, características do contrato e vínculo	Valor original	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Passivo e recursos destinados a futuro aumento de capital - Patrimônio Líquido		Despesas	
					31.12.2025	31.12.2024	2025	2024
Fornecedor - Cobrança de encargo de uso de sistema de distribuição da Companhia com a Light SESA (Controladora e consolidado)	N/A ^(a)	A partir de nov/2003. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	4.556	4.122	(51.423)	(48.347)
Fornecedor - Cobrança de encargo de uso de sistema de distribuição da Light SESA com a controlada Lajes Energia (Consolidado)	N/A ^(a)	A partir de março/2018 Vencimento indeterminado	Termos definidos pela ANEEL	N/A	58	51	(638)	(597)
Fornecedor - Compromisso de compra de energia elétrica da Companhia com a Lightcom (Controladora e consolidado)	N/A	A partir de jan/2020. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	-	-	(97.317)	(42.934)
Fornecedor - Compromisso de compra de energia elétrica da Lajes Energia com a Lightcom (Consolidado)	N/A	Indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	-	-	-	(1.346)
Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre as partes relacionadas (Consolidado)	N/A ^(b)	dez/2023 a dez/2028	Termos definidos pela ANEEL	N/A	1.459	1.226	(6.380)	(5.481)
Outros débitos - Rateio de infraestrutura da Light SESA com a Companhia	N/A ^(b)	Indeterminado	N/A	N/A	41	34	(41)	(34)
Recursos destinados a futuro aumento de capital	N/A ^(c)	N/A	N/A	N/A	-	2.830	-	-

^(a) Os contratos de encargo de conexão e encargo de uso da rede básica são faturados de acordo com a demanda de energia circulada na rede.

^(b) Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura - ao contrato de compartilhamento de recursos humanos e de infraestrutura firmado entre a controlada e a controladora e as empresas do Grupo Light: Light S.A., Light SESA e Lightcom. Os custos são rateados por um critério regulatório definido no art. 12 da REN 948/2021 - ANEEL. O contrato de compartilhamento firmado pelas partes, foi anuído pela ANEEL, através do Despacho nº 4.681 de 01 de dezembro de 2023, com prazo de validade de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual, condicionado a prévia anuência da ANEEL.

^(c) Em 30 de dezembro de 2024 o Conselho de Administração da Controladora Light S.A. – Em Recuperação Judicial, deliberou o reconhecimento do montante de R\$2.830 a conta de Adiantamento para Futuro aumento de capital. Vide nota explicativa 24.1.

As transações com partes relacionadas foram efetuadas de acordo com os contratos firmados entre as partes.

23.3 Remuneração dos administradores

A remuneração do Conselho de Administração e Diretoria, são como segue:

Remuneração dos Administradores - Controladora e Consolidado	2025	2024
Honorários e benefícios de curto prazo	396	1.829
Encargos Sociais	117	325
Bônus ^(a)	50.886	57.585
Benefícios pós-emprego	23	54
Benefícios Assistenciais	1	20
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	65	261
TOTAL	51.488	60.074

(a) Inclui R\$49.882 (R\$55.172 em 31 de dezembro de 2024) referente a custos de bônus, reconhecido na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais líquidas na demonstração do resultado do exercício.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E RECURSOS DESTINADOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

24.1 Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2025, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, mediante a subscrição e integralização de 220.690 (duzentas e vinte mil e seiscentas e noventa) novas ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, no montante de R\$2.830 (dois milhões, oitocentos e trinta mil reais). O aumento de capital foi totalmente subscrito pela única acionista, e é integralizado mediante a conversão de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (“AFAC”) realizado em 30 de dezembro de 2024.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de dezembro de 2025, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, mediante capitalização de créditos no valor de R\$58.940, detidos em face da Companhia, decorrentes de juros sobre capital próprio declarados nessa data, líquidos do imposto de renda devido na fonte, já exigíveis a partir da declaração, com a emissão de 3.861.154 (três milhões, oitocentas e sessenta e uma mil, cento e cinquenta e quatro) ações ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas pela única acionista.

O capital social da Light Energia S.A. é de R\$283.420 (R\$221.650 em 31 de dezembro de 2024) e está representado por 81.503.425 (Oitenta e um milhões, quinhentas e cinquenta e três mil, quatrocentas e vinte e cinco) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

24.2 Reservas de lucro

24.2.1 Reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% do capital social de que trata o § 1º do artigo 182. Esta reserva poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. No exercício de 2025, o montante destinado a essa reserva foi de R\$8.426 e o saldo em 31 de dezembro de 2025 montava em R\$33.291 (R\$24.865 em 31 de dezembro de 2024).

24.2.2 Reserva estatutária - Reserva para Necessidades de Caixa e Investimentos

Em Assembleia Geral Extraordinária de rratificação, realizada em 4 de abril de 2024, foi aprovado a criação da reserva estatutária denominada “Reserva para Necessidades de Caixa e Investimentos”, a qual tem a finalidade de garantir a manutenção, o desenvolvimento e a expansão das atividades sociais. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da respectiva reserva é de R\$72.782, constituída com base no lucro líquido do exercício de 2023.

24.3 Reserva de retenção de lucros

Em Assembleia Geral Extraordinária rerratificação, realizada em 4 de abril de 2024, foi aprovado a retenção de lucros, com base no orçamento de capital no montante de R\$334.065. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram destinados o valor de R\$113,684 do lucro líquido apurado. Os lucros retidos foram efetuados com base no art.196 da Lei 6.404/76 e não estão sujeitos aos limites estabelecidos no artigo 199 daquele mesmo diploma legal. No exercício de 2025, o montante destinado a essa reserva foi de R\$104.626 e o saldo em 31 de dezembro de 2025 montava em R\$544.316 (R\$439.690 em 31 de dezembro de 2024).

24.4 Dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Os dividendos propostos originalmente no encerramento de cada um dos exercícios foram calculados como se segue:

Cálculo dos dividendos propostos	2025	2024
Lucro líquido do exercício	168.525	133.411
Realização de ajuste avaliação patrimonial	-	14.092
Constituição de reserva legal (limitada a 20% do capital social), conforme art.193 da Lei nº 6.404/76	(8.426)	(6.670)
Base de cálculo dos dividendos	160.099	140.833
Juros sobre Capital Próprio ^(a)	(69.341)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	-	(35.208)
Realização de ajuste avaliação patrimonial	13.868	-
Constituição de reserva e retenção de lucros, conforme art.196 da Lei 6.404/76	(104.626)	(105.625)

^(a) Em 31 de dezembro de 2025, foi aprovada deliberação de Juros Sobre Capital Próprio no montante de R\$69.341, dos quais R\$58.940 foram capitalizados e R\$10.401 são IRPJ e CSLL retidos na fonte.

24.5 Ajuste de avaliação patrimonial

São reconhecidos os efeitos do ajuste a valor justo do ativo imobilizado da Companhia registrado na data de transição da adoção da IFRS em 1º de janeiro de 2009, líquidos de efeitos de impostos diretos, a uma alíquota de 34%. À medida que os itens forem realizados, os valores registrados nessa conta serão transferidos para a conta de lucros ou prejuízos acumulados. No exercício de 2025 a realização foi de R\$14.060 (R\$14.159 em 31 de dezembro de 2024).

24.6 Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído é como segue:

Resultado por ação	2025	2024
Lucro líquido do exercício	168.525	133.411
Média ponderada do número de ações ordinárias (em unidades)	81.503.425	77.421.581
Lucro básico e diluído por ações ordinárias em reais	2,07	1,72

Nos exercícios não foram apuradas diferenças entre o resultado por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possuía nenhum instrumento com potencial dilutivo.

24.7 Outros resultados abrangentes

São reconhecidos a equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de controladas em conjunto e ganhos ou perdas atuariais decorrentes de alterações de premissas atuariais, como tábua de mortalidade, taxa de desconto das obrigações e pelas variações no rendimento dos investimentos dos planos de benefício pós-emprego categorizado como de benefícios definidos. Os montantes apresentados estão líquidos de impostos diretos, quando aplicável, a uma alíquota de 34%. As variações em outros resultados abrangentes relacionadas a ganhos ou perdas atuariais não são reclassificadas para o resultado em exercícios subsequentes.

Outros resultados abrangentes	2025	2024
Saldo inicial e final	(8.154)	(15.323)
Ganho (perda) passivo atuarial – benefícios pós emprego	(2.124)	10.862
Tributo sobre ganhos e perdas atuarial – benefícios pós emprego	1.971	(3.693)
Saldo inicial e final	(8.307)	(8.154)

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Receita líquida	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Suprimento de energia ^(a)	753.701	970.329	789.278	997.138
Receita de uso da rede	13.878	10.551	13.878	10.551
Aluguéis e outras	402	713	108	110
RECEITA BRUTA	767.981	981.593	803.264	1.007.799
PIS e COFINS	(69.119)	(88.018)	(70.419)	(88.997)
Outros	(12)	(31)	(12)	(34)
IMPOSTOS SOBRE RECEITA	(69.131)	(88.049)	(70.431)	(89.031)
Reserva Global de Reversão – RGR	(24.937)	(21.365)	(24.937)	(21.364)
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	(1.276)	(1.671)	(1.276)	(1.671)
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FNDCT	(2.553)	(3.338)	(2.553)	(3.338)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(2.553)	(3.338)	(2.553)	(3.338)
Taxa de fiscalização ANEEL – TFSEE	(2.737)	(2.755)	(2.809)	(2.825)
Compensação financeira de uso dos recursos hídricos – CFURH	(26.146)	(25.643)	(26.146)	(25.643)
ENCARGOS REGULATÓRIOS	(60.202)	(58.110)	(60.274)	(58.179)
TOTAL DAS DEDUÇÕES	(129.333)	(146.159)	(130.705)	(147.210)
RECEITA LÍQUIDA	638.648	835.434	672.559	860.589

^(a) No consolidado, inclui em 2025, 4.026GWh (4.050GWh em 2024) referente a venda de suprimento de energia.

A Companhia possui contratos de venda de energia no ambiente de contratação livre (ACL) com a parte relacionada Lightcom Comercializadora de Energia S.A.

As sobras ou faltas de energia gerada em relação à energia contratada para venda, a Companhia recorre ao mercado de comercialização de energia elétrica de curto prazo.

26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Custos e despesas operacionais	Controladora				Consolidado			
	Custos		Despesas gerais e administrativas		Custos		Despesas gerais e administrativas	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Encargos de uso da rede e energia comprada								
Encargos uso da rede de distribuição - CUSD	(55.287)	(53.750)	-	-	(55.925)	(54.347)	-	-
Energia de curto prazo (SPOT)	(17.808)	-	-	-	(17.808)	(1.346)	-	-
Energia comprada para revenda	(138.725)	(90.491)	-	-	(138.725)	(90.714)	-	-
(-) Crédito de PIS e COFINS	17.510	12.810	-	-	17.510	12.810	-	-
Pessoal e administradores	(26.959)	(26.398)	(3.071)	(866)	(26.959)	(26.398)	(3.234)	(1.010)
Materiais	(3.072)	(1.293)	(196)	-	(3.072)	(1.293)	(199)	(35)
Serviços de terceiros	(15.623)	(14.769)	(13.766)	(6.817)	(15.623)	(14.769)	(14.475)	(6.913)
Amortização e depreciação	(127.241)	(123.340)	(395)	(267)	(129.915)	(125.794)	(395)	(267)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	-	-	3.164	(1.554)	-	-	3.164	(1.554)
Outras despesas e custos operacionais	(9.672)	(1.110)	(692)	(5.448)	(9.672)	(1.110)	(754)	(5.488)
TOTAL	(376.877)	(298.341)	(14.956)	(14.952)	(380.189)	(302.961)	(15.893)	(15.267)

27. RESULTADO FINANCEIRO

Resultado financeiro	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
RECEITA				
Rendimento sobre equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	122.510	104.847	124.697	106.792
Ganho PRJ – Leilão reverso	14.399	-	14.399	-
Ganho PRJ - Não Apoiadores (Haircut)	-	32.872	-	32.872
Outras receitas financeiras	(1.186)	4.654	(1.188)	4.757
TOTAL DAS RECEITAS FINANCEIRAS	135.723	142.373	137.908	144.421
DESPESA				
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(113.016)	(127.773)	(113.016)	(127.952)
Variação cambial e monetária de empréstimos, financiamentos e debêntures	108.208	(295.541)	108.208	(295.541)
Variação cambial sobre aplicação em moeda estrangeira	(58.595)	53.512	(58.595)	53.512
Operações de <i>swap</i>	(48.414)	(18.292)	(48.414)	(18.292)
Reversão de atualização monetária das provisões para contingências	783	2.807	783	2.807
Despesas com passivos tributários	(631)	(17.892)	(631)	(17.892)
Outras despesas financeiras	(12.174)	(6.191)	(12.176)	(6.198)
TOTAL DAS DESPESAS FINANCEIRAS	(123.839)	(409.370)	(123.841)	(409.556)
RESULTADO FINANCEIRO	11.884	(266.997)	14.067	(265.135)

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

28.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

A mensuração do valor justo foi classificada como Nível 2 – Informações que são observáveis pelo mercado para o passivo, seja direta ou indiretamente. A Companhia procedeu com a mensuração subsequente dos referidos passivos ao custo amortizado, considerando as taxas efetivas de juros precificadas a mercado, para fins de apuração do valor atualizado por classe e opção de cada credor, inclusive reconhecendo o efeito da variação cambial dos passivos em moeda estrangeira.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir (*Legenda Níveis CPC 46 – IFRS 13*):

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O quadro abaixo apresenta os valores contábeis e valores justos dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2025 e de 31 de dezembro de 2024:

Controladora	Níveis	31.12.2025		31.12.2024	
		Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
ATIVOS FINANCEIROS (CIRCULANTE/NÃO CIRCULANTE)					
MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO					
Caixa e equivalente de caixa (nota explicativa nº 6)	2	4.803	4.803	80.575	80.575
Clientes (nota explicativa nº 8)	2	133.376	133.376	95.958	95.958
Depósitos judiciais	2	3.735	3.735	2.880	2.880
Outros créditos (nota explicativa nº 11)	2	8.623	8.623	7.343	7.343
MENSURADO A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO					
Títulos e valores mobiliários (nota explicativa nº 7)	2	941.006	941.006	1.302.323	1.302.323
Instrumentos financeiros Swaps	2	22.415	22.415	20.933	20.933
TOTAL		1.113.958	1.113.958	1.510.012	1.510.012
PASSIVO FINANCEIROS (CIRCULANTE/NÃO CIRCULANTE)					
MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO					
Fornecedores (nota explicativa nº 15)	2	49.825	49.825	53.528	53.528
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 17.1) ^(a)	2	1.113.487	1.116.003	1.559.346	1.559.346
Debêntures (nota explicativa nº 17.2) ^(a)	2	473.122	441.162	602.534	602.534
Obrigações por arrendamento (nota explicativa nº 20)	2	21.137	21.137	22.646	22.646
Encargos regulatórios (nota explicativa nº 21)		6.249	6.249	9.203	9.203
Outros débitos (nota explicativa nº 22)	2	36.020	36.020	26.371	26.371
MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO					
Instrumentos financeiros derivativos swaps	2	16.043	16.043	-	-
TOTAL		1.715.884	1.686.440	2.273.628	2.273.628

Consolidado	Níveis	31.12.2025		31.12.2024	
		Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
ATIVOS FINANCEIROS (CIRCULANTE/NÃO CIRCULANTE)					
MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO					
Caixa e equivalente de caixa (nota explicativa nº 6)	2	4.859	4.859	80.659	80.659
Clientes (nota explicativa nº 8)	2	139.356	139.356	99.165	99.165
Depósitos judiciais	2	3.735	3.735	2.880	2.880
Outros créditos (nota explicativa nº 11)	2	8.587	8.587	7.301	7.301
MENSURADO A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO					
Títulos e valores mobiliários (nota explicativa nº 7)	2	967.772	967.772	1.303.503	1.303.503
Instrumentos financeiros Swaps	2	22.415	22.415	20.933	20.933
TOTAL		1.146.724	1.146.724	1.514.441	1.514.441
PASSIVO FINANCEIROS (CIRCULANTE/NÃO CIRCULANTE)					
MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO					
Fornecedores (nota explicativa nº 15)	2	50.914	50.914	53.560	53.560
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 17.1) ^(a)	2	1.113.487	1.116.003	1.559.346	1.559.346
Debêntures (nota explicativa nº 17.2) ^(a)	2	473.122	441.162	602.534	602.534
Obrigações por arrendamento (nota explicativa nº 20)	2	21.137	21.137	22.646	22.646
Encargos regulatórios (nota explicativa nº 21)		6.255	6.255	9.209	9.209
Outros débitos (nota explicativa nº 22)	2	36.068	36.068	26.368	26.368
MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO					
Instrumentos financeiros derivativos swaps	2	16.043	16.043	-	-
TOTAL		1.717.027	1.687.583	2.273.663	2.273.663

^(a) Em 31 de dezembro de 2025, os saldos dos empréstimos e financiamentos e debêntures a valor justo não possuíam diferenças significativas para o saldo contabilizado.

28.2 Gerenciamento de riscos e objetivos alcançados

28.2.1 Risco de mercado

No curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados a variações cambiais e taxas de juros. Segue abaixo o quadro com a abertura do principal da dívida por moeda e indexador (não inclui custos de captação e de emissão):

Moeda e indexador – Controladora e Consolidado	31.12.2025		31.12.2024	
	R\$	%	R\$	%
USD	877.428	54,7%	1.299.949	58,9
TOTAL - MOEDA ESTRANGEIRA	877.428	54,7%	1.299.949	58,9
CDI	221.156	13,8%	261.363	11,8
IPCA	504.284	31,5%	644.427	29,2
TOTAL - MOEDA NACIONAL	725.440	45,3%	905.790	41,1
TOTAL	1.602.868	100,0%	2.205.739	100,00

28.2.2 Risco de taxa de câmbio

Para os empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira, em 31 de dezembro de 2025 não existe exposição cambial da Companhia relacionada à dívida. Em agosto de 2025, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”) com o objetivo de proteger todo o serviço da dívida (principal, juros e comissões) em moeda estrangeira (USD) da Light Energia.

Segue abaixo o quadro com a composição das operações de derivativos existentes em 31 de dezembro de 2025:

Controlada	Companhia recebe	Companhia paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nominal (R\$) 31.12.2025	Swap (accrual) (R\$) 31.12.2025	Swap valor justo (contábil) (R\$) 31.12.2025	Valor Justo x Accrual 31.12.2025
Light Energia	USD + 4,375% a.a.	CDI - 0,69% a.a.	04.08.2025	18.06.2026	104.546	775	1.533	758
Light Energia	USD + 4,375% a.a.	CDI - 0,67% a.a.	01.08.2025	18.06.2026	220.096	2.653	4.266	1.613
Light Energia	USD + 4,375% a.a.	CDI - 0,64% a.a.	01.08.2025	18.06.2026	220.096	4.688	4.723	35
Light Energia	USD + 4,375% a.a.	CDI - 0,65% a.a.	01.08.2025	18.06.2026	220.096	4.667	4.692	25
Light Energia	USD + 4,375% a.a.	CDI - 0,68% a.a.	04.08.2025	18.06.2026	110.048	826	829	3
TOTAL					874.882	13.609	16.043	2.434

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de câmbio, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro da Companhia. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o exercício.

A metodologia utilizada para o “cenário provável” considerou a melhor estimativa da taxa de câmbio para a data de 31 de dezembro de 2026. Vale lembrar que, por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida em 31 de dezembro de 2025.

Análise de sensibilidade da taxa de câmbio, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções da B3 em 31 de dezembro de 2025.

Operação	Risco	Dívida - US\$ Mil	Cenário provável (I)	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%
PASSIVOS FINANCEIROS			(71.471)	(308.990)	(546.509)
Bonds (2024)	US\$	(159.676)	(71.471)	(308.990)	(546.509)
DERIVATIVOS			71.272	308.130	544.987
Swaps de moeda (ponta ativa)	US\$	159.232	71.272	308.130	544.987
TOTAL			(199)	(860)	(1.522)
Referência para Ativos e Passivos Financeiros				+25%	+50%
Cotação R\$/US\$ (em 31.12.2026)			5,95	7,44	8,93

28.2.3 Risco de taxa de juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia, como também sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras. A política para utilização de derivativos aprovada pelo Conselho de Administração não compreende a contratação de instrumentos contra esse risco. No entanto, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de forma a avaliar a eventual necessidade de contratar derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas, sendo que, para estes casos, é solicitada aprovação prévia ao Conselho de Administração.

A posição das operações de swap de juros vigentes é como segue:

Companhia recebe	Companhia paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nominal (R\$) 31.12.2025	Swap (accrual) (R\$) 31.12.2025	Swap valor justo (contábil) (R\$) 31.12.2025	Valor Justo x Accrual 31.12.2025
IPCA + 4,85% a.a.	CDI + 1,20%	11.08.2021	17.07.2028	(150.000)	(35.844)	(22.415)	13.429
				(150.000)	(35.844)	(22.415)	13.429

Companhia recebe	Companhia paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nominal (R\$) 31.12.2024	Swap (accrual) (R\$) 31.12.2024	Swap valor justo (contábil) (R\$) 31.12.2024	Valor Justo x Accrual 31.12.2024
IPCA + 4,85% a.a.	CDI + 1,20%	11.08.2021	17.07.2028	246.017	(40.458)	(20.933)	19.525
				246.017	(40.458)	(20.933)	19.525

O swap de juros contratado está associado ao vencimento da 7ª Emissão de debêntures.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado antes dos impostos. Essa análise de sensibilidade foi preparada assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o exercício.

A metodologia utilizada para o “cenário provável”, considerou as estimativas obtidas para análise de sensibilidade de taxas de juros, utilizando-se das taxas e das projeções obtidas na B3, até 31 de dezembro de 2026, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze

meses, consideram-se os saldos da dívida e das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2025. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.

Análise de sensibilidade das taxas de juros, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções da B3 divulgadas em 31 de dezembro de 2025.

Operação	Exposição R\$ Mil	R\$		
		Cenário provável (I)	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%
ATIVOS FINANCEIROS		(107.156)	235.644	578.445
Equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	967.772	(107.156)	235.644	578.445
PASSIVOS FINANCEIROS POR RISCOS		5.094	(7.983)	(21.060)
CDI	(228.700)	1.030	(7.034)	(15.098)
IPCA	(515.694)	4.064	(949)	(5.962)
DERIVATIVOS		3.067	(31.189)	(65.443)
Swaps de taxa (ponta passiva)	(161.073)	719	(4.913)	(10.544)
Swaps de taxa (ponta ativa)	196.917	(1.552)	362	2.277
Swaps de câmbio (ponta passiva)	(889.766)	3.900	(26.638)	(57.176)
TOTAL		(98.995)	196.472	491.942
Referência para Ativos e Passivos Financeiros			+25%	+50%
CDI (% em 31.12.2026)		13,82%	17,28%	20,73%
IPCA (% em 31.12.2026)		3,71%	4,64%	5,56%

28.2.4 Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia utiliza de todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e acompanhamento e negociação permanente das posições em aberto. O risco de crédito das contas a receber encontra-se pulverizado considerando a base de clientes da Companhia.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A Companhia possui uma política de não manter a carteira concentrada em uma determinada instituição financeira. Desta forma, a política tem como princípio controlar a concentração da carteira através de limites impostos à Companhia e acompanhar as instituições financeiras através do seu patrimônio líquido e de seus *ratings*.

Por meio de sua política a Companhia poderá aplicar os recursos em produtos de renda fixa, pós-fixados indexados ao CDI e Títulos públicos pós-fixados.

28.2.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações que fazem parte

das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os recursos captados são apresentadas na nota explicativa nº 17.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

Conforme divulgado na nota explicativa nº 1.1, a Administração da Companhia está acompanhando atentamente todos os riscos relacionados a continuidade operacional do Grupo e gerencia o risco de liquidez por meio do acompanhamento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros.

As notas de crédito (*rating*) atribuída à Companhia pela agência de classificação de risco é como segue:

Ratings	Nacional	Internacional	Data de publicação
Fitch	D	D	02.05.2025

Em 16 e 17 de maio de 2023, a Moody's alterou os ratings nacionais e internacionais da Companhia para 'WR' (*withdrawn*).

Os ratings apresentados acima que apontam status de "default" é reflexo do deferimento do pedido de recuperação judicial da controladora Light S.A. – Em Recuperação Judicial. A análise da agência de risco sobre a recuperação judicial pressupõe que a frágil situação financeira do Grupo Light pode prejudicar sua capacidade de financiamento.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, acarretar perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica.

28.2.6 Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A dívida líquida da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido é apresentada a seguir:

Gestão do capital	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Dívida de financiamentos, empréstimos e debêntures	1.586.609	2.161.880	1.586.609	2.161.880
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	(6.372)	(20.933)	(6.372)	(20.933)
Dívida bruta	1.580.237	2.140.947	1.580.237	2.140.947
(-) Caixa e equivalente de caixa e TVM	945.809	1.382.898	972.631	1.384.162
Dívida líquida (A)	634.428	758.049	607.606	756.785
Patrimônio líquido (B)	1.153.377	995.599	1.153.377	995.599
Percentual de capital de terceiros - % (A÷ (B+A))	35%	43%	35%	43%

^(a) Refere-se ao montante líquido a pagar em função da rescisão de forma unilateral dos instrumentos derivativos.

29. SEGUROS

A política de seguros da Companhia, baseia-se na contratação de seguros com cobertura bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais, e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de sua operação, considerando a natureza de sua atividade. As premissas e riscos adotadas, dada a natureza, não fazem parte do escopo dos auditores independentes. As principais coberturas são:

Seguro de riscos operacionais - cobre os danos causados às Usinas Hidroelétricas, incluindo, mas não limitada a todo seu maquinário, geradores, transformadores, canais, túneis, barragens, vertedouros, obras civis, escritórios e depósitos. Todos os ativos estão segurados na modalidade de Riscos Operacionais, com cobertura “All Risks”.

Seguro de responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O) - Tem por objetivo proteger os Executivos por perdas e danos resultantes do exercício das suas funções inerentes ao cargo ou posição como Conselheiros, Diretores e Administradores da Sociedade.

Seguro de responsabilidade civil e geral - objetiva o pagamento de indenização caso a Companhia venha a ser responsabilizada civilmente por meio de sentença transitada em julgado ou acordo autorizado pela seguradora, relativas a reparações por danos materiais e corporais involuntários, causados a terceiros e aqueles relacionados à poluição, contaminação, vazamentos súbitos e ou acidentais.

A composição dos principais seguros considerada pela Diretoria é resumida conforme a seguir:

Riscos	Data de Vigência		Limite Máximo de Garantia (LMG)	Valor em Risco	Prêmio Líquido ^(a)
	De	Até			
Directors & Officers (D&O)	16/10/2025	16/10/2026	100.000	N/A	1.069
Responsabilidade Civil e Geral	02/01/2026	30/04/2026	20.000	N/A	840
Riscos Operacionais	03/02/2026	30/04/2026	300.000	12.867.455	8.661

(a) A Light Energia é uma cossegurada, sendo o prêmio líquido incluído na mesma apólice da assegurada principal, Light S.A.

30. COMPROMISSOS CONTRATUAIS

30.1 Contratos de venda de energia elétrica gerada e comercializada

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui compromissos relacionados a contratos longo prazo com a venda de energia elétrica, como segue:

Ano	Controladora		Consolidado	
	Energia convencional contratada total (R\$/mil) ^(a)	Energia incentivada contratada total (R\$/mil) ^(a)	Energia convencional contratada total (R\$/mil) ^(a)	Energia incentivada contratada total (R\$/mil) ^(a)
2026	703.282	17.438	755.655	28.715
2027	733.387	-	805.204	-
2028	646.564	-	718.583	-
2029	553.966	-	626.217	-

^(a) Não auditado pelos auditores independentes.

Os valores relativos ao contrato de venda de energia convencional, com vigência de 4 anos, e os valores relativos ao contrato de venda de energia incentivada, com vigência de 1 ano, representam o volume contratado pelo preço médio corrente do exercício de 31 de dezembro de 2025.

30.2 Contratos de compra de energia elétrica

Em 31 de dezembro de 2025, a Light Energia possui compromissos relacionados a contratos longo prazo com a compra de energia elétrica, como segue:

Ano	Light Energia ^(a)
2026	89.763
2027	110.918
2028	91.992
2029	72.251
2030	72.385

^(a) Não auditado pelos auditores independentes

31. MEIO AMBIENTE

A Companhia é comprometida com a utilização racional e adequada dos recursos naturais, com a análise das vulnerabilidades frente à mudança do clima e com a mitigação de impactos, conforme expresso em sua Política Ambiental e nos Compromissos com o Meio Ambiente e o Clima. Desde 2001, a Companhia possui o Sistema de Gestão Ambiental (SGA), baseado na ISO 14001, que avalia e monitora os aspectos e impactos de seu parque operacional para que a legislação ambiental vigente seja cumprida, e os padrões de qualidade ambiental, mantidos.

Além da certificação na ISO 14001, as usinas e estruturas associadas ao parque gerador de energia possuem certificação das normas ISO 9001, de qualidade; e ISO 45001, de gestão de saúde e segurança ocupacional, formando o Sistema de Gestão Integrado (SGI). A ISO 45001 é um novo padrão para o qual a Light migrou em 2021, com o objetivo de melhorar os níveis de segurança no local de trabalho e contribuir para a melhoria na qualidade de vida dos colaboradores. Em 2025, a Light Energia manteve o seu SGI. As atividades da Companhia são avaliadas continuamente por meio de inspeções, auditorias internas e de terceira parte. O treinamento é parte essencial para gestão e execução de atividades relacionadas aos impactos ambientais significativos, controle de riscos ou que influenciem diretamente na qualidade do produto.

Com o compromisso de estar sempre em busca de melhores práticas de ESG, em 2025, a Companhia manteve sua Certificação de Energia Renovável (I-REC's), que garante que a energia gerada pela Light é de fonte renovável, atesta a origem limpa da energia utilizada pela empresa e habilita a companhia a comercializar os Certificados.

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus serviços e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para como ambiente, dentre as quais merecem destaque:

O programa de reflorestamento que implantou em 2025 o total de 53,1 hectares, manutenção de barragens, descarte de plantas aquáticas e resíduos industriais, a recuperação de encostas e taludes e o programa de pesquisa e desenvolvimento sobre a avaliação do manejo de macrófitas no reservatório de Santana e o programa de pesquisa e desenvolvimento de Soluções para o manejo sustentável do mexilhão-dourado e outras espécies invasoras em represas do sistema elétrica.

No exercício de 31 de dezembro de 2025 os gastos com projetos descritos acima totalizaram R\$18.844 (R\$33.445 em 31 de dezembro de 2024). Os gastos foram contabilizados em imobilizado no montante de R\$11.034 e os valores no montante de R\$7.810 foram contabilizados em outras despesas operacionais.

32. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

Nos exercícios sociais, a Companhia e sua controlada realizaram atividades de investimento e financiamento que não envolveram caixa, conforme demonstrado abaixo:

Transações que não envolvem caixa	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Incorporação dos saldos remanescentes e encargos de instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	-	234.841	-	234.841
Incorporação dos encargos da 7ª Emissão de debêntures ao principal	-	28.474	-	28.474
Transferência de dívida <i>intercompany</i>	-	2.830	-	-
Aquisição de ativo intangível/imobilizado em contrapartida a fornecedor	-	182	-	182
Adições de arrendamento (nota explicativa nº 20)	-	17.272	-	17.272
Remensurações dos ativos e atualização monetária de direito de uso e das obrigações por arrendamento (nota explicativa nº 23)	1.053	118	1.053	118
Despesas com contratos de arrendamento (IFRS 16) capitalizadas no imobilizado (nota explicativa nº 13)	511	443	511	443
Encargos capitalizados no imobilizado (nota explicativa nº 17)	22.656	21.834	22.656	21.834
Capitalização de dividendos ou juros sobre capital próprio (nota explicativa nº 24.1)	58.940	130.672	58.940	130.672

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Alexandre Nogueira Ferreira

Renata Yamada Bürkle

Rodrigo Ribeiro Pereira Brandão

Urbano do Vale Coelho

DIRETORIA EXECUTIVA

Carlos Vinicius de Sá Roriz - Diretor Presidente

Carlos Vinicius de Sá Roriz - Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

Rodrigo Ribeiro Pereira Brandão - Diretor

CONTADOR

Eduardo da Costa Ramos – CRC/RJ 091422/O-9